



Vanessa da Silva Costa

**GRUPO DE PARES E DELINQUÊNCIA JUVENIL: INFLUÊNCIA DOS PARES
DELINQUENTES NA ADOLESCÊNCIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

2011

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**GRUPO DE PARES E DELINQUÊNCIA JUVENIL: INFLUÊNCIA DOS PARES
DELINQUENTES NA ADOLESCÊNCIA**

Vanessa da Silva Costa

Outubro 2011

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Jorge Negreiros*
(F.P.C.E.U.P.).

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Jorge Negreiros, a minha sincera gratidão pela sua disponibilidade, orientação e compreensão ao longo de todo o trabalho.

Ao Ivan, pelo apoio incondicional, dedicação e carinho, que fazem de mim a pessoa que sou.

À minha mãe, irmãs e avós, pela sua preocupação e apoio constantes ao longo de todo o meu percurso académico.

À Patrícia, pela sua amizade, apoio e inteira compreensão nestes anos de curso.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, pelo conhecimento, educação e experiências que tornam possível uma nova fase da minha vida.

Às Escolas: Secundária Almeida Garrett; Secundária António Sérgio; e Agrupamento Vertical de Escolas de Canelas, pela receção atenciosa, colaboração, e confiança no meu trabalho.

A todos os participantes pela sua disponibilidade e colaboração.

RESUMO

Compreender a relação entre grupo de pares e delinquência juvenil desperta grande interesse na literatura. O grupo de pares assume um lugar privilegiado, enquanto principal agente de socialização na adolescência, sendo responsável por influências positivas ou negativas. A associação com pares delinquentes é referida como o melhor preditor da delinquência juvenil, uma das grandes constatações da literatura.

Assim, este estudo tem como objetivo uma melhor compreensão da relação entre grupo de pares e delinquência juvenil, nomeadamente, a influência dos pares desviantes na delinquência, deduzida a partir da relação entre delinquência autorrevelada do adolescente e a sua perceção da delinquência dos seus pares. A amostra é constituída por 161 alunos do 7º e 11º ano de três escolas públicas do concelho de Vila Nova de Gaia. O instrumento utilizado inclui dados sociodemográficos, questões de delinquência autorrevelada e questões relativas à delinquência do grupo de pares (adaptação da escala *PDS*). Procedeu-se à análise fatorial exploratória da *PDS*, obtendo-se quatro fatores. Os resultados revelam relações significativas entre o número de comportamentos delinquentes autorrevelados e a perceção dos pares como delinquentes, nos quatro fatores. São analisadas variáveis familiares, verificando-se que a ausência da figura paterna no agregado familiar e o nível de delinquência estão significativamente relacionados, bem como a relação negativa com a mãe e a perceção de maior quantidade de pares delinquentes.

PALAVRAS-CHAVE: Delinquência Juvenil; Perceção dos Pares Delinquentes; Influência dos Pares; Adolescência.

ABSTRACT

Understanding the relationship between peer group and juvenile delinquency has great interest in literature. The peer group assumes a privileged place, as the primary agent of socialization in adolescence, being responsible for positive or negative influences. The association with delinquent peers is referred as the best predictor of juvenile delinquency, one of the major findings of the literature.

Thus, this study's aim is a better understanding of the relationship between peer group and juvenile delinquency, in particular, the influence of deviant peers on delinquency, deduced from the relationship between self-reported delinquency and adolescent's perception of his delinquent peers. The sample is composed of 161 students from seventh and eleventh grade of three public schools in the municipality of Vila Nova Gaia. The instrument includes socio-demographic data, issues of self-reported delinquency and issues relating to peers group's delinquency (adaptation of the *PDS* scale). We carried out exploratory factor analysis of the *PDS*, resulting in four factors. The results reveal significant relationships between the number of self-reported delinquent behaviors and the perception of peers as delinquents, in the four factors. Family variables are analyzed, verifying that the absence of the father in the household and the level of delinquency are significantly related, as well as the negative relationship with the mother and the perception of greater number of delinquent peers.

KEY-WORDS: Juvenile Delinquency; Perception of Delinquent peers; Peer's influence; Adolescence.

RÉSUMÉ

Comprendre la relation entre les groupes de pairs et la délinquance juvénile à un grand intérêt dans la littérature. Le groupe de pairs prend une place privilégiée, comme le principal agent de socialisation à l'adolescence, étant responsable des influences positives ou négatives. L'association avec des pairs délinquants est désigné comme le meilleur prédicteur de la délinquance juvénile, l'une des principales conclusions de la littérature.

Ainsi, cette étude vise une meilleure compréhension de la relation entre le groupe de pairs et la délinquance juvénile, en particulier, l'influence des pairs déviants sur la délinquance, déduite de la relation entre la délinquance auto-révélee et la perception de l'adolescent de ses pairs délinquants. L'échantillon est composé de 161 élèves de la septième et de la onzième année de trois écoles publiques de la municipalité de Vila Nova de Gaia. L'instrument contient de données sociodémographiques, des questions sur la délinquance auto-révélee et les questions relatives à la délinquance de groupe de pairs (adaptation de l'échelle *PDS*). Nous avons effectué une analyse factorielle exploratoire du *PDS*, résultant en quatre facteurs. Les résultats révèlent des relations significatives entre le nombre de comportements délinquants auto-révélés et la perception de leurs pairs comme des délinquants, dans les quatre facteurs. Des variables familiales sont analysées, en vérifiant que l'absence du père dans le ménage et le niveau de délinquance sont significativement liés, ainsi que la relation négative avec la mère et la perception d'une plus grande quantité de pairs délinquants.

MOTS-CLÈ: Délinquance juvénile; Perception des Pairs délinquants; Influence des pairs; Adolescence.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Enquadramento Teórico	3
1. Delinquência Juvenil e Delinquência em Grupo.....	4
2. Delinquência e Idade	7
2.1 Delinquência limitada à adolescência versus Comportamento antissocial persistente.....	8
3. Grupo de Pares e Delinquência Juvenil.....	9
3.1 “Gangs” e Grupos de Pares Delinquentes	10
3.2 Influência dos Pares Delinquentes na Adolescência	12
4. Revisão Histórica dos Modelos Explicativos da Delinquência Juvenil.....	15
4.1 Associação com Pares Delinquentes: Socialização versus Seleção.....	17
5. Intervenção na Delinquência Juvenil.....	21
5.1 Intervenção no Grupo de Pares: “Positive Peer Culture”	21
6. Conclusões	23
Capítulo II: Estudo Empírico.....	24
1. Introdução	25
2. Método	26
2.1 Objetivos e Hipóteses de Investigação	26
2.2 Amostra	27
2.3 Instrumentos	28
2.4 Procedimentos	29
3. Análise dos Resultados	30
4. Discussão dos Resultados	41
Conclusão	46
Referências Bibliográficas	47

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

DSM IV – *Diagnostic and Statistical Manual IV*

PDS – “*Peer Delinquency Scale*”

PPC – “*Positive Peer Culture*”

AFE – Análise Fatorial Exploratória

KMO – Método de “*Kaiser-Meyer-Olkin*”

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Pesos fatoriais de cada item nos quatro fatores retidos após AFE, com extração de fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação Varimax.....	31
Quadro 2 – Fatores retidos, % da variância explicada, eigenvalues, itens de cada fator e respectivos valores de saturação, e valor de Alpha de Cronbach, após uma AFE com extração de fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação Varimax	33

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Instrumento utilizado na recolha de dados	60
Anexo 2 – <i>Peer Delinquency Scale (PDS) – Middle and Oldest Cohort</i>	65
Anexo 3 – <i>Scree Plot</i> para a análise fatorial exploratória da <i>PDS</i> (gráfico dos valores próprios para cada componente).....	66

INTRODUÇÃO

O tema grupo de pares e delinquência, especialmente na adolescência, conquista a atenção de muitos investigadores. A adolescência é um período desenvolvimental marcado por grandes mudanças, no qual os pares revelam-se os principais agentes de socialização, sendo típico que os jovens adolescentes cometam atos delinquentes na companhia de outros. É vasto o corpo de literatura, que revela ser consensual, no que diz respeito à existência de uma correlação robusta entre a associação com pares desviantes e o envolvimento em comportamentos delinquentes.

A escolha deste tema é pertinente, pelo seu grande interesse na literatura, uma vez que os pares revelam-se uma fonte de grande influência na adolescência (Moeller, 2001; Monahan, Cauffman & Steinberg, 2009; Thames & Vaisman-Tzachor, 2009), ocupando um papel central na modelação de comportamentos pró-sociais e desviantes (Haynie & Payne, 2006). É possível constatar que os problemas, nesta fase do desenvolvimento, são uma preocupação a nível educacional, da saúde mental e das agências de correção juvenil (Dishion, McCord & Poulin, 1999).

De acordo com Schreck, Fisher e Miller (2004), existem três grandes razões que tornam legítimo o estudo do contexto dos pares na adolescência. Primeiro, os adolescentes passam uma grande quantidade de tempo com os pares da mesma faixa etária, coincidente com a importância atribuída às associações de pares. Em segundo, o grupo de pares parece influenciar muito mais durante a adolescência do que em qualquer outro período da vida. E em terceiro, a investigação tem demonstrado que a associação de pares delinquentes constitui uma das correlações mais fortes da participação no crime.

Assim sendo, este estudo tem como objetivo uma melhor compreensão da relação entre grupo de pares e delinquência, pretendendo-se examinar a influência que o grupo de pares desviantes exerce na delinquência do próprio. São tidas em consideração diferentes fases da adolescência, estando implícita a análise da variável idade, e diferentes modelos teóricos. Para isso, foram escolhidos como população alvo, alunos do 7º ano, de forma a representar a fase inicial da adolescência, e alunos de 11º ano, representantes da fase final. Com isto, pretende-se verificar se existem diferenças, nos dois grupos, relativamente à delinquência autorrevelada e à delinquência dos seus pares.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho integra dois grandes momentos, o primeiro de enquadramento teórico, no qual são feitas algumas considerações

relativamente à delinquência juvenil e sobretudo em grupo, e ainda relativamente aos modelos teóricos que explicam a relação entre grupo de pares e delinquência. O segundo momento está dedicado ao trabalho empírico, no qual se pretende, mais concretamente, deduzir a influência dos pares desviantes na delinquência, através da relação entre a delinquência autorrevelada e a perceção que os jovens adolescentes têm acerca da delinquência dos seus pares. A perceção da delinquência dos pares é medida com recurso à escala *PDS*, que integra o instrumento administrado, que após AFE resultou em quatro subescalas. São ainda contempladas análises em torno de variáveis individuais (e.g., nº de reprovações) e familiares (e.g., estrutura do agregado familiar) relativamente ao nível de delinquência autorrevelada e à perceção da delinquência dos pares.

A administração do instrumento, desenvolvido neste projeto de investigação, a turmas de 7º e 11º ano, decorreu em três escolas públicas do concelho de Vila Nova de Gaia. A escolha do contexto escolar baseia-se no facto dos jovens passarem grande parte do seu tempo na escola e na sala de aula, espaços que desempenham um importante papel na socialização e formação da identidade, fornecendo aos jovens, de forma natural, um grupo social (Knecht, Snijders, Baerveldt, Steglich & Raub, 2010). Além disso, com a entrada numa escola secundária, muitos adolescentes perdem o contacto com os amigos da escola primária, assim sendo, verifica-se uma forte atividade na formação de novas amizades e grupos de pares (Brown, 2004; Knecht et al., 2010). A escola constitui-se portanto como um contexto privilegiado no processo de formação das crianças e adolescentes, enquanto cenário que potencia quer as experiências de aprendizagem formais (e.g., conhecimentos académicos) quer as informais (e.g., regras de socialização entre os pares) que integrarão o repertório de competências das crianças e jovens (Chitas, 2010).

Os resultados obtidos estão organizados tendo em conta as hipóteses estabelecidas, seguindo-se a respetiva discussão. Para finalizar o trabalho, seguem-se a conclusão, a bibliografia consultada, e finalmente, em anexo, o questionário desenvolvido para o estudo.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Delinquência Juvenil e Delinquência em Grupo

O fenómeno da delinquência juvenil, uma das principais preocupações das sociedades atuais, tem vindo a assumir grande importância enquanto objeto de estudo, representando ainda um enorme desafio para clínicos e investigadores (Huynh-Hohnbaum, 2003). Desde finais da década de 90, que se tem verificado uma crescente visibilidade deste fenómeno em Portugal (Costa, 2010). São cada vez mais as escolas que se vêem obrigadas a lidar com vários tipos de comportamentos antissociais, que vão desde o desrespeito pela autoridade e a indisciplina até aos comportamentos agressivos e aos danos materiais (Ribeiro, 2009). Constatam-se que os jovens delinquentes não só cometem mais crimes violentos, como são cada vez mais novos (McGarrell, 2001, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003), encontrando-se em maior risco de reincidência, e com tendência a cometer crimes sérios na idade adulta (Huynh-Hohnbaum, 2003).

São várias as designações utilizadas na literatura para definir delinquência juvenil, (Houck, 1996), um conceito heterogéneo (Farrington, 1987), e muitos os comportamentos por si abrangidos (Ribeiro, 2009).

De acordo com Kratcoski e Kratcoski (1990), a delinquência juvenil poderá significar, em sentido amplo, qualquer comportamento adotado pelos jovens que viola as normas sociais. Nesta perspetiva, os jovens que adotam estilos de cabelo, vestuário, ou ações, em oposição aos padrões socialmente estabelecidos, podem ser considerados delinquentes. Num sentido mais restrito, definem a delinquência juvenil como qualquer ato cometido pelos jovens que resulte numa ação ao nível do tribunal de menores.

De acordo com Ferreira (1997), a delinquência juvenil refere-se a todo o tipo de infração criminal que ocorre durante a infância e a adolescência, envolvendo o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais relativamente aos menores que cometem infrações criminais ou adotam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial, do grupo etário a que pertencem.

Faria (2008) refere que a definição do conceito de delinquência envolve uma certa ambiguidade, tendo sido sugeridas na literatura outras expressões, relativamente equivalentes, tais como, crime ou comportamento antissocial. De uma forma geral, estes conceitos referem-se aos comportamentos praticados pelos jovens, desde atos agressivos,

furto, vandalismo, fugas, a atos mais graves como homicídio ou rapto, ou ainda consumo de substâncias e comportamentos sexuais de risco (Farrington, 2004).

Negreiros (2008) refere que “*o conceito de delinquência é talvez aquele que está associado a uma maior imprecisão. Com efeito o termo delinquência tanto pode ser definido em função de critérios jurídico-penais, sendo delinquente o indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais, como pode confundir-se com a definição de comportamento antissocial, assumindo, desse modo, uma muito maior amplitude*” (2008:13).

De acordo com Sampaio (2010), a delinquência juvenil pode ser entendida “*como um subconjunto das normas desviantes que violam as regras por imprudência, interesse, recusa ou desafio*” (2010:9). As transgressões praticadas estarão articuladas com “*problemáticas do desenvolvimento, psíquicas e sociais, perturbadas por alterações do vínculo inter-humano e por carências traumáticas*” (2010:9). Sampaio considera ainda que a delinquência, enquanto conceito multidimensional, é repartida de forma irregular e assume formatos desiguais segundo a origem social, o sexo e a idade, variando em função do contexto social e da época. Segundo a autora, a definição de delinquência emerge do debate centrado essencialmente em duas possibilidades, uma na lógica da perspetiva legal e outra no âmbito da perspetiva não legal que poderá ser psicológica, sociológica ou psicopatológica.

As perspetivas sobre o comportamento antissocial e delinquente revelam-se bastante complexas, sem ser de algum modo unificadas ou definitivas. Nas últimas décadas, o fenómeno da delinquência juvenil, tem suscitado o aparecimento de uma pluralidade de teorias e modelos explicativos, sendo compreendido de acordo com diferentes grelhas de análise (Negreiros, 2008).

A perspetiva psicológica é individualista, enfatizando as características particulares do indivíduo (Faria, 2008). De acordo com esta abordagem, o delinquente apresenta uma perturbação psicológica, entendida à luz do DSM-IV (2002) como *Perturbação de Comportamento* que integra quatro grandes tipologias de comportamentos: comportamento agressivo que ameaça ou causa sofrimento às outras pessoas ou aos animais; comportamentos não agressivos que causam prejuízos ou destruições na propriedade; falsificação ou roubos; e finalmente, violações graves das normas. Este tipo de diagnóstico envolve um padrão de comportamento em que o indivíduo ignorou os direitos dos outros ou transgrediu normas e papéis próprios da idade (Negreiros, 2001). Contudo, é alvo de várias críticas, uma vez que, permite incluir, na mesma categoria, delinquentes com

características de personalidade diversas, desvalorizando os determinantes sócio-culturais e económicos (Benavente, 2002).

A perspetiva sociológica analisa o comportamento como sendo condicionado pelo contexto no qual os delinquentes estão inseridos (Faria, 2008). “*Cada individuo vive num ambiente social que em grande parte o determina*” (Born, 2005:50). É de notar que apesar da instalação de um conjunto de instituições e organizações sociais para garantir o bom funcionamento social, inevitavelmente, existem em todas as sociedades, mecanismos geradores de delinquência (Born, 2005).

Segundo a perspetiva desenvolvimental, uma vez que o ato delinvente surge num determinado momento da vida, revela-se necessário compreendê-lo na sua génese. De acordo com esta abordagem, o processo de socialização aparece como importante na tentativa de compreensão dos atos delinquentes, processo que age ao longo de toda a vida, sendo particularmente importante na infância e sobretudo na adolescência. Na infância, a criança tem como figuras de referência os pais. Com a entrada na escola, aprende a conviver com os seus pares, que progressivamente se tornam o “*lugar de socialização privilegiado*” (Born, 2005:22).

A literatura revela que os comportamentos antissociais são influenciados por determinantes individuais, familiares, escolares, sociais, entre outros, os quais são encarados como fatores de risco ou de proteção (Faria, 2008). Simões, Matos e Batista-Foguet (2008) referem ter sido encontrados diversos fatores de risco associados ao comportamento delinvente, nomeadamente: 1) características individuais, tais como, o stress, a vulnerabilidade genética, fisiológica, psicológica, cognitiva ou comportamental; 2) fatores sociais; 3) fatores situacionais, ou seja, oportunidades para a prática do crime; 4) e relacionamentos com os pares, sendo dada especial atenção à influência da socialização com pares delinquentes.

Grande parte da delinquência juvenil é também de natureza grupal, um facto desde há muito conhecido (Born, 2005), traduzindo-se na criminalidade praticada por um conjunto de três ou mais indivíduos (Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), 2010). Born (2005) reflete quanto à colaboração criminal, que perdura desde os tempos mais remotos, apontando os bandos de ladrões dos caminhos, os piratas, as máfias, entre outros.

A literatura revela que a delinquência em grupo é típica na população adolescente, uma das descobertas mais consistentes na literatura da delinquência, constatando-se que

estes jovens cometem mais atos delinquentes em grupo do que sozinhos (Huynh-Hohnbaum, 2003; Warr, 2002, cit. in Arimoto, 2010). Autores como Snyder e Sickmund (1999, cit. in Moeller, 2001) constataram que cerca de 50% do crime juvenil é praticado em contexto de grupo. Shaw e McKay (1931, cit. in Baerveldt, Volker, & Rossem, 2008; Haynie, 1999) observaram que 80% dos jovens delinquentes, detidos pela polícia, encontravam-se em grupo. Segundo Born (2005), quanto mais velhos são os delinquentes menos agem em grupo, o que poderá explicar-se pela maior probabilidade de serem apanhados quando o delito é cometido em grupo. Sendo os delinquentes, em grupo, mais frequentemente interpelados, têm maior tendência para se afastar da delinquência. Contrariamente, quando persistem, alteram os seus modos de atuar.

2. Delinquência e Idade

A relação entre atividade delinvente e idade é revestida de grande interesse na literatura (Negreiros, 2001, 2008). De acordo com Negreiros (2001, 2008), e a sua análise da curva idade-crime, a frequência da atividade antissocial parece aumentar fortemente entre os 12 e os 17 anos, atingindo o seu pico, grosseiramente nos 17. Segue-se um declínio acentuado a partir do final da adolescência, com a entrada na idade adulta.

Várias explicações têm sido propostas na análise da relação idade-crime, baseadas em fatores individuais ou ambientais que variam com a idade (Farrington, 1987). Alguns autores sugerem a existência de fatores biológicos com influência na atividade delinvente, em determinada idade, tais como, os níveis de testosterona nos homens, que aumentam durante a adolescência e a entrada na vida adulta, diminuindo sucessivamente. Contudo, autores como Gove (1985, cit. in Farrington, 1987), Hirschi e Gottfredson (1985, cit. in Farrington, 1987) verificaram que a relação idade-testosterona não apresenta o mesmo pico acentuado, nos anos da adolescência, que a curva idade-crime.

As explicações que relacionam a curva idade-crime com as mudanças no ambiente social aparecem na literatura como as mais populares. Desde o nascimento, as crianças encontram-se sob influência dos seus pais que geralmente desencorajam os comportamentos antissociais. Com a entrada na escola primária são alvo de grande monitorização parental e por isso menos influenciadas pelos seus pares. Com o início da adolescência, a maioria emancipa-se do controlo dos pais, desenvolvendo relações mais

próximas com o grupo de pares, que muitas vezes encoraja a delinquência (Farrington, 1987). Os pais de adolescentes permitem aos filhos mais liberdade e menos monitorização que os pais de crianças mais novas. Assim, num contexto marcado pela liberdade, associação com os pares, e baixa monitorização parental, é aceitável esperar dos adolescentes, níveis mais elevados de comportamento antissocial (Henggeler, 1989).

2.1 Delinquência limitada à adolescência versus Comportamento antissocial persistente

De acordo com Negreiros (2008), um fator de complexidade do fenómeno da delinquência juvenil *“decorre da própria diversidade de formas de expressão que os comportamentos antissociais podem assumir nos jovens”* (2008:7). De acordo com o autor esta diversidade pode ser entendida não só pela consideração da maior ou menor gravidade dos atos praticados, como também pela persistência ou permanência desses atos ao longo do tempo. *“Enquanto que a maioria dos adolescentes poderá envolver-se, ainda que ocasionalmente, em atividades antissociais, só um número muito restrito apresentará comportamentos delinquentes graves e persistentes”* (2008:7).

Vários autores consideram a possibilidade de organização da atividade delinvente segundo trajetórias distintas de evolução. Moffitt (1993, cit. in Born, 2005; Negreiros, 2008) propõe duas modalidades de expressão do comportamento antissocial, distinguindo delinquentes limitados à adolescência e delinquentes de carreira.

A delinquência limitada à adolescência refere-se à expressão da atividade delinvente durante o período da adolescência (Negreiros, 2008), isto é, raramente antes dos 11-12 anos (Born, 2005). Este período é marcado por atos delinquentes bastante heterogéneos, que variam conforme as situações ou oportunidades, sendo praticados com fins lucrativos em termos de ganho material, ganho de prestígio ou de adesão a um grupo, sobretudo por volta dos 14-15 anos. A desistência da delinquência surge regularmente à saída da adolescência, com o início de uma vida afetiva e profissional que atribui um estatuto e responsabilidades (Born, 2005).

O tipo de delinquência persistente ou de carreira é geralmente de início precoce (Born, 2005), sendo que a continuidade da atividade antissocial, da infância para a idade adulta, constitui o aspeto central desta tipologia. A persistência é marcada durante muito tempo após a adolescência, numa carreira criminal (Born, 2005). Segundo Moffitt (1993) este tipo de indivíduos representa uma fração muito reduzida dos que praticam

comportamentos antissociais (Negreiros, 2008), cerca de 5% a 10% da população masculina (Born, 2005).

3. Grupo de Pares e Delinquência Juvenil

A adolescência é um período marcado por grandes mudanças físicas e sociais, que coincidem, na maioria, com a passagem de escolas primárias, relativamente homogêneas, para escolas maiores e heterogêneas. Para lidar com as rápidas mudanças nas suas vidas, os adolescentes tomam os seus pares, principais agentes de socialização (Haynie, 2002), como fonte de suporte social (Kreager, 2004), uma vez que passam com eles a maioria do seu tempo, especialmente no contexto escolar (Bukowski, Brendgen & Vitaro, 2007; Mihaly, 2008; Rubin, Bukowski, & Parker, 2006; Sampaio, 2010), ou através de meios de comunicação, como o telefone e a internet (Warr, 2005).

Ter amigos e ser aceite pelos pares é muito importante para o adolescente, sendo os amigos descritos como “vantagens desenvolvimentais” no âmbito da saúde socioemocional (Maggs & Hurrelmann, 1998). Através da criação de um sentimento de identidade grupal, os pares adolescentes tornam-se redes de apoio muito valiosas e como tal, adolescentes que dispõem de níveis elevados de identificação com o seu grupo de pares, têm maior tendência a reportar relações positivas com os seus membros (Kiesner, Cadinu, Poulin & Bucci, 2002).

Os pares não só promovem o apoio emocional, como são veículos para atingir um estatuto social e a oportunidade de partilha de comportamentos, incluindo o envolvimento em atividades delinquentes (Warr, 2002, cit. in Kreager, 2004). Durante décadas, a relação entre grupo de pares e o envolvimento na delinquência ocupou a atenção dos investigadores (Arimoto, 2010), sendo extenso o corpo de investigação em torno dos pares delinquentes. Compreender a relação entre grupo de pares e delinquência, é referido mesmo, na literatura, como o coração da investigação sobre a delinquência (Haynie, 1999, 2001, 2002; Haynie & Osgood, 2005).

Ao despenderem a maioria do seu tempo para socializar com os pares, os adolescentes passam cada vez menos tempo com os pais, sendo que o progressivo afastamento do controlo da família é acompanhado pelo aumento e pela diversificação dos comportamentos antissociais que, muitas vezes, ocorrem na companhia do grupo de pares (Sampaio, 2010). Os investigadores distinguem duas formas de grupos de pares

adolescentes: o *clique* e o *crowd*. O *clique* é caracterizado como sendo um pequeno grupo, desde dois a doze membros, cuja principal função é a interação social. O *crowd* distingue-se pela sua grande dimensão, sendo definido pela sua reputação ou estereótipo (Kiesner et al., 2002; Moeller, 2001).

Torna-se possível distinguir vários tipos de pares, que têm influência positiva ou negativa a diversos níveis. Assim, os pares convencionais, frequentados desde a infância no meio onde se vive, de lazer ou escolar, revelam uma atitude de encorajamento em relação às crianças conformes, e rejeitam as crianças agressivas (Born, 2005). A investigação revela que grande parte das crianças agressivas tendem a ser rejeitadas pelos seus pares, constituindo portanto um grupo de risco para comportamentos antissociais, e apresentando como consequências, problemas na escola que envolvem o crime e a delinquência (Parker & Asher, 1987, cit. in Moeller, 2001).

A investigação coloca ainda as seguintes questões: As crianças agressivas tornam-se agressivas porque são rejeitadas pelos pares? Ou são rejeitadas por serem agressivas? A maior parte dos investigadores suporta a segunda perspetiva (Dodg et al., 1990, cit. in Moeller, 2001), sugerindo que as crianças agressivas, mesmo rejeitadas, podem formar grupos de pares com crianças igualmente agressivas, o que permite concluir que os jovens agressivos e desviantes possuem também amigos próximos e são membros de grupos sociais, quer na infância, quer na adolescência (Cairns, Cadwallader, Estell, & Neckerman, 1997, p. 197, cit. in Moeller, 2001). São numerosos os estudos que revelam uma relação recíproca entre comportamento antissocial e rejeição dos pares, assim, crianças que manifestam agressividade ou défices na sua autorregulação têm maior tendência a ser rejeitadas (Cole, Terry, Lenox & Lochman, 1995, cit. in Henry, 2000).

3.1 “Gangs” e Grupos de Pares Delinquentes

“I tell you something – I don’t feel connected to any other kid in this city or in this country or in this world. I only feel comfortable in my ‘hood. That’s the only thing I’m connected to, that’s my family. One big family – that’s about it”.

Membro de um gangue com 14 anos (Bing, 1991, p. 49, cit. in Moeller, 2001).

A literatura denomina, frequentemente, os grupos de pares fortemente delinquentes, por “gangs”. O gangue pode ser definido como um “grupo de jovens cuja coesão deve-se, em grande parte, à aceitação no que diz respeito à prática de comportamentos delinquentes ou envolvimento criminal” (Klein, 1995, p. 218, cit. in Moeller, 2001). A investigação em torno dos gangues de rua, demonstra que os seus membros sentem uma forte ligação com o seu grupo, reportando atributos positivos do mesmo, tais como, “*The gang take care of me*”, “*The gang is my family*”, e “*We all look out for one another*” (Sikes, 2000, cit. in Thames & Vaisman-Tzachor, 2009). Os gangues são normalmente encarados como forma de refúgio ou mesmo como uma família, sendo que o envolvimento dos jovens nestes grupos aumenta na adolescência, pelo facto de ser um período desenvolvimental de transição, no qual os pares assumem uma posição significativa de suporte e grande influência (Flannery, Huff & Manos, 1998). O gangue pode contribuir para a construção da identidade, permitindo que os jovens em risco encontrem aceitação e reforço da rejeição das normas sociais.

De acordo com Thornberry (1998), os pares desviantes são uma fonte de grande influência na posterior participação do jovem enquanto membro de um gangue, uma das grandes constatações nesta literatura. Assim sendo, os jovens adolescentes, sobretudo rapazes, que se associam com pares delinquentes, têm maior tendência a tornar-se membros de um gangue. O autor refere ainda que a associação com pares desviantes aumenta a probabilidade da participação no gangue, enquanto a associação com pares convencionais diminuiu essa probabilidade. Segundo o autor, o efeito dos pares na participação enquanto membro de um gangue não se revela significativo relativamente à população adolescente feminina. A investigação revela que os membros adolescentes que pertencem aos gangues reportam mais comportamentos delinquentes do que os não pertencentes (Gatti, Tremblay, Vitaro & McDuff, 2005). A contribuição dos membros do gangue para a delinquência pronuncia-se para as formas de delinquência séria, nomeadamente, ofensas sérias, ofensas violentas, e venda de drogas (Thornberry, 1998), sendo que os atos delinquentes e criminais são cometidos com uso frequente de armas letais (Flannery et al., 1998). Os membros do gangue são ainda caracterizados pela existência de défices em muitos domínios sociais e psicológicos (Thornberry, 1998).

Thornberry, Krohn, Lizotte e Chard-Wierschem (1993, cit. in Gatti et al., 2005; Gordon et al., 2004; Thornberry, 1998), consideram três modelos explicativos da relação entre o gangue e a delinquência: modelo de seleção (“*Selection Model*”); modelo de facilitação (“*Facilitation Model*”); e modelo misto (“*Enchancement Model*” ou “*Mixed*”).

Model”). De acordo com o modelo de seleção, o elevado nível de delinquência, entre os membros do gangue, não depende da influência de estar associado ao grupo, prende-se sim com o facto do gangue atrair os jovens que já são criminosos. Ou seja, são os gangues que recrutam ou atraem indivíduos que já estão envolvidos na delinquência e violência. Em contraste, o modelo de facilitação defende que é o processo de associação a um gangue que facilita a adoção de comportamentos desviantes. Neste modelo, as normas do gangue são vistas como facilitadores no envolvimento na delinquência e violência. Finalmente, o modelo misto combina as duas perspetivas anteriores, pressupondo que os jovens que se juntam a um gangue possuem previamente elevados níveis de delinquência, e fazem-no para exacerbar o seu comportamento desviante.

Segundo Thornberry (1998), pelo facto dos gangues constituírem uma tipologia de grupo de pares delinquentes, não é claro se a delinquência resulta da participação enquanto membro do gangue ou da associação com pares delinquentes. Vários investigadores sugerem que os grupos de pares delinquentes e os gangues são qualitativamente diferentes. Klein (1995, cit. in Thornberry, 1998) e Moore (1991, cit. in Thornberry, 1998) sugerem que a participação num gangue e a associação com pares desviantes diferem qualitativamente em termos do seu impacto no comportamento delincente. Mesmo quando comparados com os não membros, que se associam com grupos de pares delinquentes, os membros de gangues apresentam, substancialmente, níveis mais elevados de delinquência.

3.2 Influência dos Pares Delinquentes na Adolescência

O estudo dos pares e da sua influência na adolescência apresenta uma longa história (Veed, 2009), sendo que a investigação em torno das redes de pares demonstra que a influência e importância dos pares parecem aumentar na fase inicial da adolescência, na formação e suporte do comportamento (Espelage, Holt, & Henkel, 2003), atingindo o seu pico na fase intermédia, e declínio gradual na fase final da adolescência (Huynh-Hohnbaum, 2003; Rubin et al., 2006; Veed, 2009). Para alguns adolescentes, passar tempo com os pares tem influências positivas na socialização, para outros torna-se numa oportunidade para se envolverem em comportamentos desviantes (Gottfredson & Hirschi, 1990, cit. in Flannery et al., 1998). Na literatura, os jovens adolescentes aparecem como os mais vulneráveis relativamente à influência dos pares desviantes (Dishion, Dodge &

Lansford, 2008). Muitos estudos demonstram a existência de ligações muito fortes entre a delinquência na adolescência e a associação com pares delinquentes, que proporcionam ao jovem reforços sociais muito poderosos pela sua aprovação das condutas desviantes (Born, 2005). O envolvimento com um grupo de pares que se comporta de forma delincente pode conduzir o adolescente, sobretudo rapaz, a adotar comportamentos similares (Poole & Regoli, 1979) para sentir-se mais semelhante e ligado ao seu grupo (Button et al., 2007; Thames & Vaisman-Tzachor, 2009). Como tal, os adolescentes que identificam os seus amigos como delinquentes, tendem a demonstrar elevados níveis de delinquência, isto relativamente aos adolescentes com poucos ou nenhum amigo delincente (Brendgen, Vitaro, & Bukowski, 2000a; Haynie, 2002), verificando-se, em numerosos estudos, que o reforço de valores tolerantes à delinquência é um dos principais mecanismos de influência dos pares desviantes (Pardini, Loeber & Stouthamer-Loeber, 2005).

A associação com pares desviantes é bastante provável quando o jovem é portador de vários fatores de risco, como viver num bairro com alta taxa de delinquência, ser oriundo de uma família que apresenta normas desviantes ou fraquezas ao nível da supervisão, ou ainda ser impulsivo, agressivo e em rutura com a ligação social (Born, 2005). Vários autores estudam os fatores de risco ao nível das práticas e estrutura familiar no que diz respeito à associação com pares delinquentes. Henggeler (1989) refere que a baixa monitorização parental está associada a uma maior autonomia do jovem e maior suscetibilidade relativamente à pressão de pares. Wills, Resko, Ainette e Mendoza (2004) verificaram que os níveis baixos de suporte parental estão associados a uma maior “predisposição para o risco”, a qual está positivamente relacionada com a afiliação a pares desviantes. De acordo com Thames e Vaisman-Tzachor (2009), os adolescentes cujas famílias são disfuncionais, tornam-se particularmente vulneráveis à influência dos pares, uma vez que procuram outros relacionamentos com os quais se possam identificar e sentir uma ligação. Estudos recentes revelam ainda que crianças com poucos amigos apresentam maior tendência na associação a pares delinquentes, em comparação com crianças integradas em grupos de amigos mais alargados (DeMuth, 2004, cit. in Chapple, 2005).

A literatura revela ainda que os jovens antissociais passam cada vez mais tempo na companhia de outros pares desviantes, percecionados positivamente (Thames & Vaisman-Tzachor, 2009), o que aumenta a oportunidade ao nível do “treino desviante” (Pardini et al., 2005; Snyder et al., 2008). Dishion, McCord e Poulin (1999) definem o “treino desviante dos pares” (“*peer deviance training*”) como: “*process of contingent positive reactions to rule-breaking discussions*” (Dishion et al., 1999. p. 756). Os seus estudos

assentam na influência dos amigos desviantes na escalada de problemas de comportamento, durante a adolescência, dos quais concluem que o “treino desviante” provoca o aumento da probabilidade de iniciar o consumo de substâncias (Dishion, Capaldi, Spracklen & Li, 1995, cit. in Dishion et al., 1999), aumenta a delinquência autorrevelada (Dishion, Spracklen, Andrews & Patterson, 1996, cit. in Dishion et al., 1999) e aumenta o auto-relato e relato policial de comportamentos violentos (Dishion, Eddy, Haas, Li & Spracklen, 1997, cit. in Dishion et al., 1999). Recentemente, numerosas publicações promovem o conceito de “treino desviante dos pares” como um processo através do qual os pares produzem mensagens de aceitação da delinquência, durante a adolescência (Pardini, et al., 2005). Brendtro, Mitchell e McCall (2007) referem-se ao mesmo conceito como um mecanismo de *coping* contraproducente, de jovens cuja necessidade básica de ligação com adultos positivos foi interrompida.

Haynie (2002), no âmbito do seu projeto, sugere que a proporção de amigos delinquentes é o aspeto mais importante ao nível da influência dos pares. Em oposição aos estudos de Hirshi (1969, cit. in Haynie 2002), que assentam na afirmação “*birds of a feather flock together*”, o estudo de Haynie (2002) sugere que os grupos de pares são muito mais heterogêneos no que diz respeito à exposição a amigos delinquentes. Outros autores como Cairns e Cairns (1994; cit. in Kaufmann, Wyman, Forbes-Jones & Barry, 2007) referem também a heterogeneidade dos grupos de pares. Assim, embora exista alguma evidência acerca dos delinquentes encontrarem-se juntos, muitos adolescentes têm amigos delinquentes e não delinquentes no seu grupo de amizade. Haynie (2002) pressupõe ainda que as influências dos pares delinquentes podem ser reduzidas se forem incorporados amigos não delinquentes no grupo de pares, sendo que a investigação futura deve centrar-se no seu impacto.

Agnew (1991, cit. in Paetsch & Bertrand, 1997) refere que o impacto dos pares delinquentes no comportamento do adolescente depende da quantidade de tempo despendido com os pares, da extensão da delinquência dos pares, e da forma como os adolescentes sentem a sua ligação com o grupo de pares. Tremblay e colaboradores (1995, cit. in Kiesner et al., 2002) sugerem que é a força do relacionamento que modera os efeitos da influência dos pares, assim sendo, quanto mais forte é a identificação com o grupo, maiores são os seus efeitos no indivíduo.

Em suma, as influências dos pares desviantes parecem ser mais fortes em determinadas condições: durante a fase inicial da adolescência (e.g., Elliot, 1994, cit. in

Vitaro, Brendgen & Tremblay, 2000, demonstra que a iniciação na delinquência, de jovens com 11 e 12 anos, começa com a associação a pares desviantes); nos jovens que já experimentaram comportamentos desviantes mas que ainda não adotaram um estilo de vida desviante; nos jovens que estão expostos a pares mais desviantes; quando a interação com os pares desviantes ocorre em contextos não estruturados e sem supervisão; e por último, no que diz respeito a comportamentos adquiridos através de processos sociais (e.g., delinquência, abuso de substâncias, violência) (Dishion, et al., 2008).

A associação com pares desviantes provou ser um forte preditor do comportamento delinvente (Chung & Steinberg, 2006; Elliot & Menard, 1996; Henggeler, 1989; Kimonis, Frick & Barry, 2004) que inclui o abuso de substâncias, comportamento violento e comportamento sexual precoce de alto risco (Dishion et al., 2008). Assim sendo, revela-se essencial compreender quais os fatores que contribuem para tal associação de forma a prevenir o crime juvenil e outros aspetos negativos a nível psicossocial (Kimonis et al., 2004).

4. Revisão Histórica dos Modelos explicativos da Delinquência Juvenil

A literatura em torno da delinquência contempla uma série de modelos teóricos que procuram compreender este fenómeno, sendo apresentados de acordo com duas escolas: Escola Criminológica e Escola Sociológica.

A primeira escola apresenta dois grandes paradigmas: clássico e positivo. A escola clássica de criminologia, liderada por Cesare Beccaria nos finais do século XVIII, encara os indivíduos como racionais, detentores de livre arbítrio e da razão, na condução do seu comportamento, sendo responsáveis pelos seus atos. Segundo Beccaria (1963, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003; Kratcoski & Kratcoski, 1990), os indivíduos que praticam crimes similares devem receber punições idênticas, sendo que a dor causada pelas punições deve exceder o prazer obtido no ato criminal. Beccaria e outros teóricos clássicos ignoram fatores sociais, económicos e culturais, isto é, ignoram o contexto e as razões pelas quais os indivíduos cometem crimes. A escola positiva de criminologia, no início do século XIX, enfatiza que o crime é causado por fatores que estão para além do controlo do indivíduo, organizados em duas categorias distintas: biológica e psicanalítica (Huynh-Hohnbaum, 2003).

Lombroso (1911, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003), pioneiro das teorias biológicas, considera que a genética do indivíduo é responsável pela falta de controlo pessoal, argumentando que a existência de anomalias físicas predispõe o indivíduo para o comportamento criminal. As teorias biológicas postulam que os indivíduos inferiores aos níveis físico e intelectual, revelam-se incapazes de aprender e comportar-se de acordo com as regras legais, sendo conduzidos ao comportamento criminal (Empey, 1982; Vold, 1958, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003).

Os teóricos psicanalíticos sugerem também a falta de controlo pessoal enquanto fonte do comportamento criminal, contudo enfatizam o desenvolvimento psicológico individual como sendo o responsável (Empey, 1983, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003). Freud (1949, cit. in Houck, 1996; Huynh-Hohnbaum, 2003), pioneiro da abordagem psicanalítica, considera que as crianças possuem instintos antissociais, os quais designou por *id* (inconsciente). Através da socialização, cultivada tipicamente pelos pais, as crianças controlam estes instintos primitivos através do seu *ego* e *superego*. De acordo com o autor, o *ego* atua como intermediário racional entre as normas morais da sociedade e o funcionamento interno individual (pré-consciente). Já o *superego* constitui um mecanismo de internalização das normas morais da sociedade (consciente). À luz desta perspetiva, o comportamento delinvente é encarado como resultado da existência de falhas no *superego*. Um *superego* e *ego* bem desenvolvidos permitem o controlo do adolescente relativamente ao comportamento delinvente e resultam na adoção de comportamentos em conformidade com as normas sociais (Huynh-Hohnbaum, 2003).

A segunda escola, a sociológica, examina variáveis que afetam a motivação interna, como as características sócio-demográficas e o relacionamento com os pares. O conceito central é o de que o comportamento delinvente, como qualquer outro comportamento, é aprendido. Assim, características sociais, como a família, a escola, a vizinhança, e os pares, são conhecidas como fatores de influência individual na delinquência. A literatura encara a correlação entre a delinquência individual e a delinquência dos pares como uma das mais fortes. Nesse sentido, a escola sociológica integra dois grandes paradigmas que examinam as associações de pares na delinquência: *socialização* ou *influência* (aprendizagem social/associação diferencial e desorganização social) e *controlo social* ou *seleção*, descritos seguidamente (Huynh-Hohnbaum, 2003).

4.1 Associação com Pares Delinquentes: Socialização versus Seleção

Uma das descobertas mais consistentes na literatura envolve a associação entre o comportamento delincente dos pares e a delinquência consequente do próprio (Brown, 2004; Chung & Steinberg, 2006; Elliot & Menard, 1996; Haynie, 1999, 2001, 2002; Ingram, Patchin, Huebner, McCluskey & Bynum, 2007; Kimonis et al., 2004; Kreager, 2004; Lonardo, Giordano, Longmore & Manning, 2009; Maschi & Bradley, 2008; Matsueda & Anderson, 1998; McGloin, 2009; Monahan et al., 2009; Payne & Cornwell, 2007; Seydlitz & Jenkins, 1998). Contudo, vários autores referem-se à contribuição dos pares desviantes, na delinquência, como não sendo, ainda, totalmente clara (Kaufmann et al., 2007; Monahan et al., 2009), uma vez que, pouco é conhecido quanto à especificidade das relações entre delinquência dos pares e os diferentes tipos de delinquência (Henry, Tolan & Gorman-Smith, 2001).

Fillieule (2001, *cit. in* Born, 2005) evoca a questão crucial do papel causal do grupo de pares na delinquência: *Será que é o grupo que provoca a delinquência, ou são os indivíduos já delinquentes que se reúnem em bandos?*

No âmbito da psicologia social, a influência normativa ou a socialização são a chave do processo a partir do qual os indivíduos se conformam com as normas do seu grupo (Haynie & Osgood, 2005). Para explicar o processo da influência normativa, relativamente ao fenómeno da delinquência em grupo, Sutherland (1940, *cit. in* Born, 2005) difundiu a noção de associações diferenciais, isto é, os delinquentes juntam-se porque partilham certas normas de conduta que são reforçadas pelos outros. Assim, indivíduos imersos numa mesma cultura e processo de socialização têm tendência a enriquecer o seu repertório comportamental no sentido dos valores veiculados pelo grupo.

Emerge assim a *Teoria da Associação Diferencial* de Sutherland de 1939, revista em 1947 e largamente difundida pelo seu aluno Donald Cressy, que tem como postulado que o comportamento é aprendido (Knecht et al., 2010), sendo que esta aprendizagem começa pela transmissão e imitação de técnicas e atitudes criminais, a partir do contacto com o subgrupo cultural com o qual o indivíduo socializa (Born, 2005). Akers (1985, *cit. in* Moeller, 2001) expandiu esta ideia, argumentando que o comportamento desviante ocorre primeiramente como resultado da quantidade de reforço social que o jovem recebe pelos atos desviantes, principalmente dos pares. Akers (2000, *cit. in* Vásquez, 2009) afirma que os pares exercem a sua influência no desenvolvimento de “definições individuais”, ou seja, orientações, racionalizações, ou atitudes morais, que justificam o comportamento do

indivíduo, através da imitação e do reforço diferencial, fornecendo ao jovem um contexto no qual a delinquência é reforçada.

A exposição a influências delinquentes ou não delinquentes é o aspecto central da teoria da associação diferencial de Sutherland (1947, cit. in Ackerman, 2003; Haynie, 2002) que encara a delinquência como fruto de um excesso de definições favoráveis relativamente à transgressão da lei. Segundo o autor, os grupos de pares influenciam os jovens através da transmissão dos motivos, racionalizações e atitudes que facilitam a desviância, bem como técnicas explícitas e conhecimentos requeridos para cometer determinado ato criminal ou evitar posteriormente a detenção (Ackerman, 2003).

A importância dos pares delinquentes, no envolvimento do jovem na delinquência, é consistente com as teorias da *Associação Diferencial* de Sutherland, da *Aprendizagem Social* de Bandura, e do *Reforço* de Akers, uma vez que todas sugerem que as “más companhias” podem proporcionar no jovem o desenvolvimento de comportamentos antissociais (Moeller, 2001). Sutherland e Cressy (1955, cit. in Haynie & Osgood, 2005) especificaram que a influência normativa é condicionada pela frequência, duração, prioridade e intensidade das associações com o grupo. Neste sentido, Akers (1985, cit. in Haynie & Osgood, 2005) e posteriormente Agnew (1991, cit. in Haynie & Osgood, 2005) constataram que a delinquência no indivíduo seria mais forte quanto maior o tempo gasto com o grupo de pares desviantes.

Segundo Lander (1954, cit. in Born, 2005), Shaw e McKay (1969, cit. in Born, 2005; Cattarello, 2000), na perspectiva da *desorganização social*, os grupos adotam comportamentos delinquentes porque existe no seu interior uma subcultura, na qual o ato de delinquência é tolerado ou mesmo encorajado. De acordo com esta perspectiva, a alta taxa de delinquência, em certas áreas geográficas, é explicada pela desorganização social dos bairros, nos quais se desenvolvem subculturas, sendo a delinquência aceite como uma conduta normal. Segundo os autores das diferentes teorias culturais, a delinquência é diretamente produzida por determinadas subculturas, sendo estas responsáveis pela veiculação de normas sociais, transmitidas pelas famílias de geração em geração (Born, 2005).

A teoria da Anomia de Merton (1938, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003), que aplica o conceito de anomia de Durkeim, definido como estado de desorganização, pressupõe que os fins procurados por indivíduos delinquentes são similares aos de qualquer cidadão, contudo são utilizados meios ilícitos para os atingir. Cohen (1955, cit. in Huynh-

Hohnbaum, 2003), e posteriormente, Cloward e Ohlin (1960, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003), aplicam a Teoria da Anomia de Merton à população juvenil. Segundo Cohen (1955, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003), a subcultura delincente socializa os seus membros de acordo com valores e normas desviantes, isto é, não convencionais. Na sua obra *Delinquent Boys*, Cohen (1955, cit. in Born, 2005) descreve o modo como os indivíduos socializam e vêm a adotar comportamentos delinquentes. Segundo o autor, os jovens delinquentes são progressivamente levados a adotar condutas delinquentes de modo persistente porque participam numa subcultura masculina, centrada na força física, na dureza, no negativismo e mesmo na malvadez.

Em contraste com as teorias tradicionais referidas, centradas na influência, o princípio da seleção como base para associações de delinquentes, introduzido pela primeira vez por Glueck e Glueck (1950, cit. in Baerveldt et al., 2008), é referido por Hirshi e colaboradores (1969, 1990, cit. in Moeller, 2001), no âmbito da *Teoria do Controlo Social* (1969, cit. in Knecht et al., 2010), que pressupõe que as crianças e adolescentes têm uma tendência natural para praticar comportamentos antissociais. Ou seja, é a existência de determinados traços favoráveis ao crime que conduz, diferencialmente, os jovens a selecionarem o seu grupo de pares desviantes (Beaver, Wright & DeLisi, 2008). O estudo de Haynie (2002) promove a evidência adicional de que a autoseleção não é inteiramente responsável pela associação com pares delinquentes. As influências parentais ao nível da escolha dos amigos, a mudança de escola, e a seleção por parte dos pais da área de residência, são bons exemplos de outras agências que determinam, em parte, a seleção de pares semelhantes ao jovem.

De acordo com a teoria do controlo social, o comportamento delincente resulta da fraqueza ou rutura do laço social, estabelecido entre o indivíduo e a sociedade, sendo enfatizada a importância do suporte parental. (Ingram et al., 2007; Poole & Regoli, 1979; Thornberry, Lizotte, Krohn, Farnworth, & Jang, 1991). Esta teoria tem por base a conceção de Anomia de Durkeim (1897, cit. in Huynh-Hohnbaum, 2003), que designa, no plano das representações, a desagregação dos valores e a ausência de pontos de referência, e no plano das relações humanas, a desagregação do tecido das relações sociais, representando ainda a falta de adesão aos valores (Born, 2005). O autor refere que uma sociedade mais desorganizada e menos integrada permitiria o isolamento dos seus membros, relativamente ao grupo social, e uma vez perdido o laço com a sociedade, não existiria controlo social

relativamente às normas convencionais. Apesar de Durkeim não discutir, no âmbito da sua teoria, o papel do grupo de pares, este estará implícito na discussão dos benefícios de uma sociedade coesa (Huynh-Hohnbaum, 2003).

Sykes e Matza (1957, cit. in Ackerman, 2003; Huynh-Hohnbaum, 2003) propõem que os delinquentes não rejeitam por completo os valores sociais, racionalizando os seus comportamentos desviantes através de técnicas de neutralização. De acordo com os autores, os adolescentes “neutralizam” o seu comportamento delinvente, racionalizando os atos desviantes como desculpáveis, com atribuição de sentimentos de injustiça. As técnicas de neutralização permitem que o jovem fique persuadido da não importância, e mesmo da legitimidade, das transgressões (Born, 2005).

Matza (1964, cit. in Born, 2005; Huynh-Hohnbaum, 2003) incorpora o conceito de neutralização na sua *Teoria da Deriva* que se revela muito útil na compreensão do carácter grupal da delinquência juvenil. Segundo o autor, todo o indivíduo tem sempre relativa possibilidade de escolha quanto aos comportamentos adotados. Assim, a deriva caracteriza os jovens, que perdem o contacto com a sociedade “normal”, na medida em que procuram satisfazer os seus desejos numa subcultura autónoma que frequentemente conduz a ações ilícitas. Neste contexto, recorrem a técnicas psicossociais para neutralizar as normas sociais, tais como, dizer a si mesmo, acreditar, que foram forçados pelas circunstâncias a cometer o ato, ou mesmo, sentir que sofreram uma injustiça, entre outras. Matza considera assim que a deriva coletiva dos jovens para a delinquência, prende-se com as percepções enviesadas da realidade (Born, 2005).

Em suma, a literatura sugere duas causas para a similaridade do grupo de pares relativamente à delinquência, nomeadamente, a influência e a seleção (Baerveldt et al., 2008), que explicam a relação entre a delinquência dos pares e a delinquência individual. Alguns autores encaram os processos de influência e seleção como mutuamente exclusivos (Baerveldt et al., 2008), enquanto outros evidenciam a sua simultaneidade (Matsueda & Anderson, 1998).

Vários estudos sugerem uma relação bi-direcional, em que as associações de pares delinquentes e o comportamento delinvente estão reciprocamente relacionados (Matsueda & Anderson, 1998; Paetsch & Bertrand, 1996; Weerman & Smeenk, 2005; Vásquez, 2009). Assim sendo, os adolescentes selecionam redes de pares com relativa similaridade no que diz respeito à história de delinquência, como também estão envolvidos em processos de influência mútua que afetam comportamentos futuros (Lonardo et al., 2009).

Kandel (1985, cit. in Germann, 2000) refere-se à influência e à seleção como processos importantes na formação de amizades, e igualmente importantes estatisticamente.

Thornberry (1987, cit. in Elliott e Menard, 1996; Ingram et al., 2007; Matsueda & Anderson, 1998; Thornberry, 1996) sugere, no âmbito da *Teoria Interacional*, que o comportamento delinquente e a delinquência dos pares reforçam-se mutuamente, sendo ambos causa e efeito. Assim, o comportamento delinquente tem influência positiva na associação com pares delinquentes e a associação com pares delinquentes exerce uma influência positiva no comportamento delinquente. De acordo com o autor (1993, cit in. Jang, 1999), a associação com pares delinquentes inclui o nível de ligação aos pares, o comportamento delinquente e os valores veiculados pelos pares, bem como as suas reações de reforço face ao comportamento delinquente do adolescente.

Apesar dos dois processos, seleção e socialização, estarem reciprocamente relacionados, Matsueda e Anderson (1998) apontam a seleção como processo dominante, referindo que o efeito da delinquência na seleção e associação de pares revela-se maior do que o efeito dos pares delinquentes na delinquência.

5. Intervenção na Delinquência Juvenil

De acordo com Negreiros (2008), as estratégias de intervenção na delinquência juvenil têm como referência as transformações operadas, ao longo do tempo, nos sistemas jurídico-legais. Assim sendo, o tipo e a natureza das medidas adotadas, neste domínio, são determinados pelas conceções jurídico-legais prevaletentes num dado momento sócio-histórico.

5.1 Intervenção no Grupo de Pares: “Positive Peer Culture”

“I feel that helping others is one skill that everybody should have because it is not easy to go through life without helping others...Two years ago, I was hurting others, not caring. I didn't even care about myself. I didn't like others and really didn't care how my actions affected others. I learned that helping others is a very complicated process”.

Jovem de um grupo em programa
“Positive Peer Culture” (cit. in Longhurst & McCord, 2007).

De acordo com Polsky (1962, cit. in Brendtro et al., 2007), a estratégia de tratamento fundamental, no âmbito da delinquência juvenil, não será aquela que ameaça o delincente com o isolamento, mas sim a que promove a criação de uma cultura juvenil positiva que constitui uma influência positiva no jovem. O “*Positive Peer Culture*” (PPC) emerge neste sentido, tendo sido especificamente concebido para transformar as dinâmicas negativas dos grupos constituídos por jovens problemáticos. Este programa, desenvolvido por Harry Vorrath (cit. in Laursen, 2010), pode ser interpretado como uma tentativa de reverter o processo de “treino desviante”, possibilitando aos jovens delinquentes o reforço dos comportamentos pró-sociais e a aceitação da responsabilidade pelas suas ações. O núcleo deste programa assenta na regulação de encontros, nos quais os pares ajudam-se mutuamente na resolução dos seus problemas (Brendtro et al., 2007). “Ajudar os outros”, permite que os jovens desenvolvam um sentimento de conexão e interdependência com outros seres humanos, estratégia fundamental implementada nos programas PPC (Quigley, 2004). Os programas PPC pretendem ainda desenvolver competências sociais e a autonomia dos jovens, através do seu envolvimento em decisões que podem influenciar as suas vidas (Laursen, 2010).

Contudo, este tipo de intervenção é alvo de inúmeras críticas, uma vez que, agregar os pares, em determinadas circunstâncias, poderá produzir efeitos iatrogénicos a curto ou longo prazo (Dishion et al., 1999; Leve & Chamberlain, 2005). Os adolescentes desviantes, quando associados livremente com pares desviantes, podem agravar a sua delinquência, verificando-se um agravamento mais acentuado quando são as agências institucionais as responsáveis pela sua agregação. Estes efeitos incluem não só a possibilidade do indivíduo ser influenciado por pares desviantes, bem como, a perda da oportunidade de ser positivamente influenciado por pares bem ajustados (Dishion et al., 2008).

Welsh e Farrington (2007) referem existir evidências da eficácia de múltiplas intervenções precoces a nível individual, familiar ou escolar para prevenir a delinquência, contudo pouco é conhecido acerca dos programas baseados nos pares. Futuramente revela-se necessário testar a eficácia deste tipo de programas (Welsh & Farrington, 2007), bem como, realizar mais investigações para clarificar de que forma e qual a extensão do impacto dos pares desviantes, durante a adolescência, em termos de influência no comportamento, e na transição para a vida adulta (Monahan et al., 2009).

6. Conclusões

O fenómeno da delinquência juvenil revela grande visibilidade nas sociedades atuais, sendo amplamente investigado na sua relação com o grupo de pares, principal fonte de suporte e influência na adolescência. A associação com pares desviantes revela-se um forte preditor do comportamento delinquente, uma das grandes constatações nesta literatura, sendo bastante provável na presença de fatores de risco, tais como, falhas na supervisão parental. A influência dos pares delinquentes aparece como mais forte na fase inicial da adolescência, sendo identificados na literatura diferentes grupos de pares delinquentes, entre eles os gangues. A relação entre a delinquência dos pares e o comportamento delinquente do adolescente é analisada de acordo com duas grandes abordagens teóricas, socialização e seleção, ambas suportadas pela investigação.

Intervir junto do grupo de pares revela-se fundamental, uma vez que grande parte da delinquência juvenil ocorre em contexto de grupo. Os programas implementados pretendem reverter o “treino desviante dos pares” em culturas juvenis positivas para o reforço de comportamentos próssociais.

CAPÍTULO II: ESTUDO EMPÍRICO

1. Introdução

O presente estudo empírico, centrado no tema grupo de pares e delinquência juvenil, tem por base uma pesquisa quantitativa, sendo a recolha de dados feita por meio de inquérito por questionário, a uma amostra constituída por estudantes. No que respeita ao tratamento dos dados são utilizados métodos estatísticos. Para objetos de estudo definimos os comportamentos delinquentes autorrevelados pelo adolescente e a sua perceção da delinquência dos seus pares. A perceção da delinquência dos pares é medida com recurso à escala *PDS*, submetida a *AFE*, que integra o instrumento administrado. Neste capítulo definimos os objetivos e hipóteses de investigação. São ainda caracterizados a amostra e o instrumento utilizados, e descritos os procedimentos realizados para o estudo, para de seguida procedermos à análise e discussão dos resultados obtidos.

À semelhança de vários estudos na literatura, pretendemos analisar a influência da exposição a pares delinquentes no comportamento do adolescente, tendo em consideração variáveis individuais, como a idade e o género, e familiares. Paetsch e Bertrand (1997) realizaram análises estatísticas bivariadas, verificando que os estudantes rapazes reportavam um nível mais elevado de delinquência (37.7%) do que as raparigas (23.8%). Os autores encontraram relações significativas entre a delinquência dos pares e o nível de delinquência dos estudantes. Dos estudantes que reportaram um nível moderado/elevado de delinquência dos seus pares, 68.9% reportou o mesmo nível de delinquência autorrevelada. Com recurso às mesmas análises estatísticas, Ingram e colaboradores (2007) verificaram que a associação com pares delinquentes é uma das variáveis mais fortemente correlacionadas com a forma de delinquência séria. Kimonis e colaboradores (2004), com recurso à escala *PDS*, entre outros instrumentos, verificaram que as crianças com problemas de conduta apresentavam um nível elevado de afiliação com pares delinquentes.

Haynie (2002), a partir dos dados de um estudo longitudinal (1995,w1-1996,w2), analisou as diferenças de médias para diferentes tipos de redes de pares. Os seus resultados indicam que os adolescentes integrados em redes inteiramente constituídas por pares delinquentes, reportam em média um nível mais elevado de delinquência ($M(w1)=3.6$; $M(w2)= 2.2$), seguidos pelos adolescentes integrados em redes mistas ($M(w1)=1.65$; $M(w2)= 1.24$), em comparação com os adolescentes integrados em redes não delinquentes, que reportam os níveis mais baixos de delinquência ($M(w1)=.13$; $M(w2)= .48$). Neste estudo recorreremos também à análise estatística das diferenças de médias, utilizando para

isso o teste estatístico *t de student*. Seguem-se a caracterização e descrição dos aspetos metodológicos do estudo.

2. Método

2.1. Objetivos e Hipóteses de Investigação

O presente estudo tem como **objetivo** uma melhor compreensão da relação entre grupo de pares e delinquência juvenil, nomeadamente, a influência dos pares desviantes na delinquência, deduzida a partir da relação entre as variáveis, delinquência autorrevelada do adolescente e a sua perceção da delinquência dos seus pares. Pretende-se ainda analisar a relação destas variáveis com fatores individuais e familiares. Assim sendo, procuram-se examinar as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Existem relações significativas entre a delinquência autorrevelada do jovem e a sua perceção da delinquência do grupo de pares.

H1.1: Quanto maior o número de pares percecionados como delinquentes, maior o número de atividades delinquentes realizadas pelo próprio.

H2: A natureza do comportamento delinvente relaciona-se positivamente com a influência do grupo de pares:

H2.1: O envolvimento em comportamentos violentos relaciona-se significativamente com a quantidade de pares percecionados como violentos.

H2.2: O consumo de substâncias relaciona-se significativamente com a quantidade de pares percecionados como consumidores de substâncias.

H3: A delinquência autorrevelada e a perceção da delinquência dos pares variam em função do sexo e da idade.

H3.1: A delinquência autorrevelada aumenta com a idade.

H3.2: A delinquência autorrevelada apresenta maior intensidade nos rapazes.

H3.3: A perceção dos pares delinquentes é maior na fase inicial da adolescência, marcada pela maior influência do grupo de pares.

H3.4: Os rapazes percebem maior quantidade de pares delinquentes.

H4: A existência de famílias monoparentais ou com ausência de ambos os progenitores no agregado familiar relaciona-se positivamente com o nível de delinquência e com a percepção dos pares delinquentes.

H4.1: A ausência da figura paterna está associada a níveis maiores de delinquência e afiliação a pares delinquentes.

H4.2: A relação negativa com a mãe relaciona-se com uma maior afiliação a pares delinquentes.

H5: O número de reprovações do aluno relaciona-se positivamente com a delinquência autorrevelada e com a percepção da delinquência dos pares.

2.2. Amostra

A amostra selecionada neste estudo é constituída por 161 sujeitos, com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos ($M = 14.44$; $DP = 2.21$), sendo 41% do sexo feminino e 59% do sexo masculino. Os participantes são alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico (7º ano de escolaridade) e do Ensino Secundário (11º ano de escolaridade) de três escolas públicas, do concelho de Vila Nova de Gaia.

Relativamente à distribuição dos alunos por escola, 25.5% frequentam o Agrupamento Vertical das Escolas de Canelas, 23,6% a Escola Secundária Almeida Garrett e 50.9% a Escola Secundária António Sérgio. A escolha de três escolas permitiu a diversificação e alargamento da amostra, que foi encarada como homogénea, uma vez que todas as escolas são públicas e contemplam nas mesmas instalações quer o 3º ciclo do ensino básico quer o ensino secundário. Relativamente ao ano de escolaridade, 51.6% dos participantes frequentam o 7º ano, e 48.4% são alunos do 11º ano, sendo que 75.2% revela nunca ter reprovado, 15.5% apresenta uma reprovação, 6.8% dos participantes reprovaram dois anos e uma minoria de 1.9% apresenta três reprovações.

No que diz respeito à situação de empregabilidade dos pais, 83.2% encontra-se empregado, 13.7% está atualmente desempregado, sendo esta situação desconhecida, por ausência de resposta, para 3.1% dos pais. Quanto às mães, 69.6% tem emprego, 29.8% encontra-se desempregada de momento, desconhecendo-se a situação de empregabilidade, por ausência de resposta, de 0.6% das mães. Relativamente à percepção dos participantes da qualidade da relação com os pais, 95.7% refere uma relação positiva, 4.3% não apresentam

resposta, sendo que nenhum refere uma relação negativa. Quanto à percepção da qualidade da relação com as mães, 92% refere uma relação positiva e 8.1% revela uma relação negativa. No que diz respeito à composição do agregado familiar, 29.1% dos participantes refere um agregado familiar com apenas um dos progenitores, 69.6% menciona um agregado familiar composto pelos dois progenitores. Uma minoria, de 1.2%, refere coabitar com outros familiares que não os progenitores.

2.3. Instrumentos

Para atingirmos os objetivos propostos, desenvolvemos um questionário organizado em três grandes grupos de questões (cf. Anexo 1). O grupo I é constituído por treze questões sociodemográficas, sendo estas a idade, sexo, escola que frequenta, escolaridade, emprego dos pais, relação com os pais, e composição do agregado familiar.

O grupo II é constituído por onze questões de delinquência autorrevelada, selecionadas e retiradas do questionário internacional de delinquência autorrevelada: Elaborado para a "Pesquisa Internacional sobre Delinquência Juvenil Autorrevelada" pelo Centro de Investigação e Documentação do Ministério da Justiça Holandês (1991); traduzido pelo Centro de Estudos Judiciários, entidade portuguesa que participou na pesquisa internacional; e adaptado pelo Observatório Permanente de Segurança do Porto, por Agra, Marques-Teixeira, Fonseca e Quintas (1999). A grande extensão do questionário internacional conduziu à seleção das questões, feita de forma a abranger os aspetos gerais do comportamento desviante, nomeadamente, comportamentos de furto e provocação de danos, desobediência, consumo de substâncias e comportamentos violentos. Estas questões caracterizam a prevalência de comportamentos delinquentes ao longo da vida.

Por último, o grupo III é constituído por quinze questões relativas ao comportamento delinvente dos pares. Os atos delinquentes envolvidos são semelhantes aos de delinquência autorrevelada. Este grupo de questões surge como resultado da tradução e adaptação da *Peer Delinquency Scale - Middle and Oldest Cohort (PDS)* desenvolvida pela equipa do *Denver High Risk Delinquency Survey* (Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber & Van Kammen, 1998), no âmbito do *Pittsburgh Youth Study*, e destinada a jovens entre os 10 e os 17 anos (cf. Anexo 2). Para cada questão, os jovens devem indicar quantos dos seus amigos envolveram-se em determinadas atividades delinquentes, durante os últimos 6 meses, através de uma escala de cinco pontos (0 -

Nenhum; 1 - Poucos; 2 - Metade; 3 - A maioria; 4 - Todos). De acordo com a investigação acerca da afiliação a pares delinquentes, qualquer avaliação acima de 0 (Nenhum) indica algum nível de associação com pares delinquentes (Kimonis et al., 2004). A escolha da *PDS*, para integrar o último grupo do questionário, é pertinente pelo facto de nunca ter sido validada para a população portuguesa, sendo assim iniciada uma primeira abordagem de adaptação.

2.4. Procedimentos

Realizou-se um processo de tradução e adaptação da *PDS*, para a população juvenil portuguesa, de forma a tornar o instrumento aplicável. Realizou-se um pedido formal, via correio eletrónico, destinado ao autor, para disponibilização do instrumento e autorização para a sua adaptação e administração. Após a obtenção de um exemplar do instrumento e da respetiva autorização, foi iniciada a tradução da escala, tendo em consideração adaptações de linguagem e de expressões, uma vez que a tradução literal não faria total sentido, para assim conseguir uma melhor compreensão do nosso público-alvo. O formato do instrumento foi mantido, bem como o sentido das sentenças. Procedeu-se, posteriormente, à seleção das questões sociodemográficas e de delinquência autorrevelada, retiradas do questionário internacional de delinquência autorrevelada. O questionário a ser administrado foi organizado em três grandes grupos, incluindo, respetivamente, questões sociodemográficas, questões de delinquência autorrevelada, e a escala *PDS*.

Finalizado este processo, foi realizado um pré-teste de forma a averiguar a existência de possíveis dificuldades e a necessidade de melhoramentos, antes de iniciar a recolha de dados propriamente dita. O pré-teste foi realizado junto de 5 alunos do 7º ano e 6 alunos do 11º ano, por pedido informal, sendo que a administração ocorreu em grupo e fora do contexto escolar, isto após conseguidas as autorizações formais dos respetivos encarregados de educação. Dada a importância do meu contacto presencial na realização de um pré-teste, optou-se pela administração do instrumento fora do contexto escolar, uma vez que todas as escolas contactadas possibilitavam apenas a administração do instrumento realizada por um professor, em horário conveniente, isto é, durante as aulas de estudo acompanhado. Aquando da administração do questionário, foram dadas as respetivas instruções, que não suscitaram qualquer questão, e garantido o absoluto anonimato. O preenchimento do questionário decorreu entre 10 a 15 minutos, sendo que nenhum

participante levantou qualquer questão, referindo mesmo no final, em jeito de reflexão, a meu pedido, que não haviam sentido quaisquer dificuldades. Assim sendo, não foram efetuadas alterações no questionário.

Relativamente à recolha dos dados, solicitamos a colaboração de três escolas públicas, sendo que as três contemplavam, nas mesmas instalações, o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário. Para isso, foi feito um pedido de autorização, primeiro informal e posteriormente por escrito, à direção executiva de cada escola, sendo esclarecidos os objetivos do estudo. Em todas as escolas, o pedido foi aceite, contudo com algumas condições: a administração do questionário seria realizada por um professor, responsável pelas turmas, selecionadas pela respetiva escola, uma vez que ele poderia encontrar o momento mais pertinente para a administração, sem interferir com os conteúdos lecionados na aula e os momentos de avaliação. Pediu-se então que fossem entregues aos respetivos encarregados de educação um documento escrito, elaborado para o efeito, solicitando a sua autorização para o preenchimento de um questionário por parte do respetivo educando. Pediu-se ainda que o questionário fosse preenchido única e exclusivamente após a recolha das respetivas autorizações, devidamente assinadas pelo encarregado de educação. Foram ainda transmitidas as instruções de administração, a serem utilizadas pelos professores responsáveis, junto dos alunos.

3. Análise dos Resultados

Os dados recolhidos, com a administração dos questionários, foram alvo de análises estatísticas, utilizando o programa estatístico SPSS – versão 18.0.

Os resultados obtidos são analisados primeiro relativamente à estrutura relacional da escala *PDS*, com a análise fatorial exploratória, e seguidamente de acordo com as hipóteses de investigação, estabelecidas anteriormente, utilizando o teste t de *student* de diferenças de médias, para amostras independentes.

Peer Delinquency Scale (PDS)

A exposição a pares delinquentes foi medida com recurso à escala *PDS*, de 15 itens, que avalia a perceção de cada jovem relativamente à proporção de amigos que comete

determinado tipo de ato delinvente: (1) Faltar à escola; (2) Mentir, desobedecer ou desafiar; (3) Provocação de danos; (4) Roubo de valor inferior a 5 euros; (5) Roubo de valor entre os 5 e os 100 euros; (6) Roubo de valor superior a 100 euros; (7) Roubo num edifício; (8) Condução sem carta; (9) Agressão contra pessoas; (10) Agressão séria/com porte de arma contra pessoas; (11) Agressão séria/porte de arma, com finalidade de roubo, contra pessoas; (12) Venda de drogas pesadas; (13) Consumo de álcool; (14) Consumo de drogas leves; (15) Consumo de drogas pesadas.

A estrutura relacional da escala *PDS* foi avaliada pela Análise Fatorial Exploratória (AEF) sobre a matriz das correlações, com extração dos fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação Varimax. Os fatores comuns retidos foram aqueles que apresentavam um eigenvalue superior a 1 (critério de Kaiser), em consonância com o *Scree Plot* (cf. Anexo 3) e a percentagem de variância retida, uma vez que de acordo com Maroco (2010), a utilização de um único critério pode levar à retenção de mais ou menos fatores do que aqueles relevantes para descrever a estrutura latente.

Para avaliar a validade da AFE utilizou-se o critério KMO, de acordo com os critérios de classificação definidos em Maroco (2010) e Pereira (2008). Tendo-se observado um KMO = .766, procedeu-se à AFE. Dessa análise apenas foram retidos os itens com valores de saturação iguais ou superiores a 0.500. Assim sendo, verificou-se que a estrutura relacional da *PDS* é explicada por 4 fatores latentes. Os 4 fatores englobam, no total, 12 itens do questionário, sendo que 3 itens foram eliminados (itens 8, 9 e 10), apesar da sua saturação nos fatores 2, 3 e 1, respetivamente. A decisão pela sua eliminação teve por base o facto de estes itens não serem coerentes com os restantes em cada fator, como tal, não integraram o score global de cada sujeito, calculado para cada fator (cf. Quadro 1).

Quadro 1. Pesos fatoriais de cada item nos 4 fatores retidos após AFE, com extração de fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação Varimax.

<i>Item</i>	<i>Fatores</i>			
	1	2	3	4
<i>Durante os últimos 6 meses quantos dos teus amigos...</i>				
1- Faltaram à escola sem nenhum motivo?	.059	.110	.844	.063
2- Mentiram, desobedeceram ou desafiam os adultos como os pais, professores, ou outros?	.157	.300	.625	.262
3- Propositadamente provocaram danos ou destruíram propriedades que não lhe pertenciam	.247	.091	.098	.860

4- Roubaram alguma coisa de valor inferior a 5 euros?	.678	.166	.405	.136
5- Roubaram alguma coisa de valor superior a 5 euros mas inferior a 100 euros?	.653	.083	.447	.409
6- Roubaram alguma coisa de valor superior a 100 euros?	.841	.258	.129	.358
7- Entraram ou tentaram entrar num edifício para roubar alguma coisa?	.808	.174	.043	.434
8- Utilizaram veículo a motor, como um carro ou motociclo para dar um passeio sem permissão do dono?	.471	.758	.061	.157
9- Bateram em alguém com o objectivo de magoar essa pessoa?	.274	.163	.707	.054
10- Atacam alguém com uma arma ou com o objectivo de magoar seriamente essa pessoa?	.744	.293	.174	.024
11- Usaram uma arma, força ou métodos violentos para obter dinheiro ou coisas das pessoas?	.158	.251	.061	.745
12- Venderam drogas pesadas como heroína, cocaína ou LSD?	.354	.677	.216	.340
13- Consumiram álcool?	.207	.681	.274	.099
14- Consumiram marijuana ou haxixe?	.325	.790	.186	.058
15- Consumiram drogas pesadas como heroína, cocaína ou LSD?	.605	.674	.050	.175

Para cada fator, foi ainda calculado o valor de alfa de Cronbach de forma a avaliar a consistência interna das subescalas. No Quadro 2, resumem-se os 4 fatores retidos, os itens e respetivos valores de saturação em cada um dos 4 fatores, os seus eigenvalues, a % da variância explicada por cada fator, e finalmente, o valor da consistência interna de cada fator.

O primeiro fator apresenta pesos fatoriais elevados em 4 itens relativos aos comportamentos de furto e explica 47% da variância total, sendo designado por “Roubo”. O segundo fator, com pesos fatoriais elevados em 4 itens relativos à venda e consumo de substâncias, explica 10% da variância total, e é designado por “Consumo de substâncias”. No terceiro fator, que explica 9% da variância total, saturam 2 itens relacionados com o não cumprimento de regras como faltar à escola sem motivo e ainda mentir, desobedecer ou desafiar adultos, sendo designado por “Desobediência”. Finalmente, o quarto fator, no qual saturam 2 itens relativos à destruição de propriedades/provocação de danos e utilização de métodos violentos, arma ou força contra pessoas, com finalidade de furto, explica 7% da variância total e é designado por “Agressão violenta”. Os 12 itens (totalidade dos fatores) saturam acima de .65, e seis deles apresentam saturações superiores a .70 (cf. Quadro 2).

Relativamente à consistência interna, a subescala “Roubo” apresentou um valor de Alpha de Cronbach de .808. Já a subescala “Consumo de substâncias” apresentou um valor de Alpha de Cronbach de .746. Por outro lado, a subescala “Desobediência” apresentou um valor de Alpha de Cronbach de .706. Finalmente, a última subescala, “Agressão violenta” revelou baixa consistência interna, apresentando como valor de Alpha de Cronbach .388.

Quadro 2. Fatores retidos, % da variância explicada, eigenvalues, itens de cada fator e respectivos valores de saturação, e valor de Alpha de Cronbach, após uma AFE com extração de fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação Varimax.

<i>Fator</i>	<i>Variância explicada</i>	<i>Eigenvalue</i>	<i>Itens (valor de saturação)</i>	<i>Valor do Alfa de Cronbach</i>
1- Roubo	46.867%	7.030	Durante os últimos 6 meses:	.808
			<ul style="list-style-type: none"> • Quantos dos teus amigos roubaram alguma coisa de valor inferior a 5 euros? (.678) • Quantos dos teus amigos roubaram alguma coisa de valor superior a 5 euros mas inferior a 100 euros? (.653) • Quantos dos teus amigos roubaram alguma coisa de valor superior a 100 euros? (0.841) • Quantos dos teus amigos entraram ou tentaram entrar num edifício para roubar? (0.808) 	
2- Consumo de substâncias	10.487%	1.573	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos dos teus amigos venderam drogas pesadas? (.677) • Quantos dos teus amigos consumiram álcool? (.681) • Quantos dos teus amigos consumiram marijuana ou haxixe? (.790) • Quantos dos teus amigos consumiram drogas pesadas como heroína, cocaína ou LSD? (.674) 	.746

			<ul style="list-style-type: none"> • Quantos dos teus amigos faltaram à escola sem nenhum motivo? (.844) 	
3- Desobediência	9.473%	1.421	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos dos teus amigos mentiram, desobedeceram ou desafiaram adultos como os pais, professores, ou outros? (.625) 	.706
			<ul style="list-style-type: none"> • Quantos dos teus amigos propositadamente provocaram danos ou destruíram propriedades que não lhes pertenciam? (.860) 	
4- Agressão violenta	7.097%	1.064	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos dos teus amigos usaram arma, força, ou métodos violentos para obter dinheiro ou coisas dos outros? (.745) 	.388

Delinquência dos Pares e Comportamento Delinvente

No que respeita à primeira hipótese de investigação, utilizámos um teste estatístico *t* de *student* para verificar a existência de diferenças de médias entre o número de comportamentos delinquentes autorrevelados, sendo estipulado o número 3 como ponto de corte (a estipulação do número 3, como ponto de corte, resulta da média da amostra calculada para o número de comportamentos delinquentes autorrevelados = 2.71), e as quatro subescalas relativas à perceção da delinquência dos pares (Fatores). Assim, o primeiro grupo revela ter cometido 3 ou mais atos delinquentes (N=77) e o segundo revela menos que 3 atos delinquentes (N=84), sendo analisada, para cada grupo, a perceção dos seus pares como delinquentes, nas 4 subescalas.

O primeiro grupo (≥ 3 comportamentos delinquentes autorrevelados) revelou em média maior perceção da delinquência dos seus pares, em todas as subescalas (Fator 1: M= 1.29; DP= 1.918; Fator 2: M= 3.62; DP= 3.078; Fator 3: M= 2.55; DP= 1.957; Fator 4: M= .56; DP= 1.019), em comparação com o segundo grupo (< 3 comportamentos delinquentes autorrevelados) (Fator 1: M= .27; DP= .665; Fator 2: M= 1.37; DP= 1.974; Fator 3: M= 1.18; DP= 1.337; Fator 4: M= .25; DP= .674). Verificaram-se diferenças significativas em todas as subescalas, confirmando-se a primeira hipótese (Fator 1: $t(92.634) = 4.393$; $p = .000$; Fator 2: $t(127.528) = 5.476$; $p = .000$; Fator 3: $t(132.686) = 5.129$; $p = .000$; Fator 4: $t(130.043) = 2.243$; $p = .027$).

Relativamente à segunda hipótese, pretendemos analisar se a natureza do comportamento delinvente autorrevelado se relaciona positivamente com a perceção dos pares delinquentes. Para isso, foram analisados, tendo em conta as hipóteses, os comportamentos violentos e o consumo de substâncias, respetivamente para as subescalas “Agressão violenta” e “Consumo de substâncias”.

Relativamente aos comportamentos violentos, foi realizado um teste estatístico *t* de *student* para analisar as diferenças de médias entre o primeiro grupo que não cometeu atos violentos de destruição/provocação de danos (N=110) e o segundo grupo que cometeu tais atos (N=51), isto relativamente à subescala dos pares, “Agressão violenta” (Fator 4). O segundo grupo revelou, em média, maior perceção dos pares delinquentes nesta subescala (M= .59; DP= 1.099), em comparação com o primeiro grupo (M= .31; DP= .726), verificando-se contudo que as diferenças não são estatisticamente significativas ($t(70.975) = -1.655$; $p = .102$). Analisamos ainda o comportamento violento de ameaça a pessoas com arma ou ameaça de agressão, com finalidade de furto, relativamente à mesma subescala dos pares (“Agressão violenta”). Assim sendo, o primeiro grupo que não cometeu tal ato (N=157) apresenta, em média, menor perceção dos pares delinquentes ao nível da subescala “Agressão violenta” (M= .36; DP= .794), em comparação com o segundo grupo que refere este tipo de comportamento violento (N=4; M= 1.75; DP= 2.217). Contudo, mais uma vez, as diferenças não são estatisticamente significativas ($t(3.020) = -1.249$; $p = .300$), rejeitando-se a hipótese 2.1.

Relativamente ao consumo de substâncias foi novamente realizado um teste estatístico *t* de *student* para analisar as diferenças de médias entre o primeiro grupo que não referiu consumos de álcool (N=61) e o segundo grupo que referiu estes consumos (N=99), relativamente à subescala dos pares “Consumo de substâncias”. O segundo grupo revelou, em média, a perceção de maior quantidade de pares consumidores de substâncias (M= 3.29; DP= 2.922), em comparação com o primeiro grupo (M= 1.11; DP= 1.942), verificando-se que estas diferenças são estatisticamente significativas ($t(157.049) = -5.661$; $p = .000$). Procedemos ainda à análise de diferenças de médias para o consumo de drogas leves, relativamente à mesma subescala dos pares (“Consumo de substâncias”). O primeiro grupo refere não ter feito consumos de drogas leves, marijuana ou haxixe (N=147) e o segundo grupo refere tais consumos (N=13). Os resultados ilustram que em média, o segundo grupo apresenta a perceção de maior quantidade de pares consumidores de substâncias (M= 7.23; DP= 3.539), em comparação com o primeiro grupo (M= 2.04; DP=

2.296), verificando-se que estas diferenças são estatisticamente significativas ($t(12.909) = -5.192$; $p = .000$). Assim sendo, a hipótese 2.2 é confirmada.

Realizaram-se ainda outras análises de diferenças de médias para outros comportamentos delinquentes autorrevelados e subescalas dos pares, tendo em conta relativa similaridade. Encontramos diferenças significativas ($t(56.748) = -2.744$; $p = .008$) entre um primeiro grupo que referiu não ter conduzido um veículo sem carta de condução ($N=117$) e um segundo grupo que referiu tal comportamento ($N=43$), relativamente à subescala dos pares “Desobediência”. O segundo grupo revelou, em média, maior percepção dos pares delinquentes para a subescala “desobediência” ($M = 2.58$; $DP = 2.249$), em comparação com o primeiro grupo ($M = 1.56$; $DP = 1.522$).

Relativamente à terceira hipótese, pretendemos analisar se as variáveis, número de comportamentos delinquentes autorrevelados (ponto de corte=3) e percepção da delinquência dos pares, variam em função da idade e do sexo. Para isso, recorreremos mais uma vez ao teste estatístico *t* de *student*.

Quanto à variável idade, analisamos um primeiro grupo que referiu 3 ou mais atos delinquentes ($N=77$) e um segundo grupo que apontou menos de 3 atos delinquentes ($N=84$). O primeiro grupo revelou uma média de idade superior ($M = 15.44$; $DP = 2.087$), comparado com o segundo grupo ($M = 13.52$; $DP = 1.911$), verificando-se que as diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas ($t(159) = 6.087$; $p = .000$). Assim sendo, confirma-se a hipótese 3.1. Para analisar a relação entre a delinquência autorrevelada e o sexo, recorreu-se a novo teste *t* de *student* para analisar as diferenças de médias entre o grupo 1, constituído pelos sujeitos do sexo masculino ($N=66$), e o grupo 2, constituído pelos sujeitos do sexo feminino ($N=95$), isto relativamente à variável número de comportamentos delinquentes autorrevelados. O grupo 1 revelou em média maior número de comportamentos delinquentes autorrevelados ($M = 3.23$; $DP = 2.630$), em comparação com o grupo 2 ($M = 2.36$; $DP = 2.128$), verificando-se diferenças estatisticamente significativas ($t(120.376) = 2.226$; $p = .028$), permitindo-nos confirmar a hipótese 3.2.

A percepção dos pares delinquentes (4 Fatores) foi analisada com recurso ao mesmo teste estatístico e tendo em conta as hipóteses formuladas, relativamente às variáveis, sexo e escolaridade, de forma a analisar um grupo característico da fase inicial da adolescência e outro representante da fase mais tardia (7º e 11º ano, respetivamente).

Relativamente à escolaridade, foram analisadas as diferenças de médias entre o grupo 1, constituído pelos participantes do 7º ano ($N=83$), e o grupo 2, constituído pelos

participantes do 11º ano (N=78), relativamente às 4 subescalas da percepção da delinquência dos pares. O segundo grupo (11º ano) revelou, em média, maior percepção dos seus pares como delinquentes em todas as subescalas (Fator 1: M= .96; DP= 1.791; Fator 2: M= 4.06; DP= 2.942; Fator 3: M= 2.42; DP= 2.003; Fator 4: M= .45; DP= .949), comparado com o primeiro grupo (7º ano) (Fator 1: M= .57; DP= 1.128; Fator 2: M= .93; DP= 1.504; Fator 3: M= 1.28; DP= 1.364; Fator 4: M= .35; DP= .788).

Verificamos que as diferenças não são estatisticamente significativas para as subescalas “Roubo” (Fator1) e “Agressão violenta” (Fator 4) (Fator 1: $t(159) = -1.686$; $p = .094$; Fator 4: $t(159) = -.724$; $p = .470$). Para as subescalas “Consumo de substâncias” (Fator 2) e “Desobediência” (Fator 3), verificamos diferenças estatisticamente significativas (Fator 2: $t(113.066) = -8.435$; $p = .000$; Fator 3: $t(134.715) = -4.216$; $p = .000$). Assim sendo, não é possível confirmar a hipótese 3.3, uma vez que são os adolescentes da fase mais tardia (11º ano) que percebem maior quantidade de pares delinquentes, nos últimos 6 meses, significativamente no que diz respeito ao consumo de substâncias e aos comportamentos de desobediência. Consequentemente, não é possível inferir uma maior influência dos pares, na fase inicial da adolescência, que apenas poderia ser deduzida se o grupo do 7º ano reportasse maior quantidade de amigos com comportamentos delinquentes recentes.

Com recurso a novo teste t de *student*, foi possível verificar que os participantes do 11º ano (N=78) não só percebem maior quantidade de pares consumidores de substâncias (Fator 2), como também reportam, em média, mais autorrevelações positivas relativamente ao consumo de álcool (M= 1.85; DP= .363) e consumo de drogas leves (M= 1.17; DP= .375), em comparação com o grupo de participantes do 7º ano (N=82; Álcool: M= 1.40 DP= .493; Drogas leves: M= 1.00 DP= .000). Verificamos que estas diferenças são estatisticamente significativas para ambos os comportamentos de consumo (Álcool: $t(148.769) = -6.500$; $p = .000$; Drogas leves: $t(77.000) = -3.924$; $p = .000$). Os resultados estão de acordo com Engels (1998, cit. in Engels & Bogt, 2001) que refere existir uma prevalência de consumo regular de álcool muito mais elevada em adolescentes da fase mais tardia do que em adolescentes da fase inicial.

A percepção da delinquência dos pares (4 subescalas) foi ainda analisada em função da variável sexo. A análise das diferenças de médias revelou que o grupo dos participantes do sexo masculino (N=66) apresenta, em média, maior percepção dos pares como delinquentes nas subescalas, “Roubo”, “Consumo de substâncias” e “Agressão violenta” – Fator 1, 2 e 4, respetivamente (Fator 1: M=.85; DP= 1.231; Fator 2: M= 2.47; DP= 2.741;

Fator 3: M= 1.65; DP= 1.741; Fator 4: M= .53; DP= .948) – em comparação com o grupo constituído pelos participantes do sexo feminino (N=95) que apenas apresenta, em média, maior percepção dos pares delinquentes na subescala “Desobediência” – Fator 3 (Fator 1: M= .69; DP= 1.657; Fator 2: M= 2.43; DP= 2.842; Fator 3: M= 1.96; DP= 1.827; Fator 4: M= .31; DP= .800). Contudo, verificamos que as diferenças não são estatisticamente significativas, para todas as subescalas (Fator 1: $t(159) = .641$; $p = .523$; Fator 2: $t(159) = .085$; $p = .932$; Fator 3: $t(159) = -1.067$; $p = .288$; Fator 4: $t(124.176) = 1.577$; $p = .117$), não sendo confirmada a hipótese 3.4.

Relativamente à quarta hipótese de investigação, pretendemos analisar se o agregado familiar composto por apenas um ou nenhum dos progenitores estaria relacionado com o nível de delinquência do adolescente e com a sua percepção da delinquência dos seus pares, isto em comparação com as famílias constituídas pelos dois progenitores. Para isso, recorreremos novamente ao teste estatístico t de *student* para analisar as diferenças de médias entre dois grupos, primeiro relativamente ao nível de delinquência (número de comportamentos delinquentes autorrevelados). O primeiro grupo é constituído pelos adolescentes integrados em famílias monoparentais ou sem ambos os progenitores (N=49), e o segundo grupo é constituído pelos adolescentes integrados em famílias com ambos os progenitores (N=112). O grupo 1 revelou, em média, maior número de comportamentos delinquentes autorrevelados (M= 3.37; DP= 2.604), em comparação com o grupo 2 (M= 2.43; DP= 2.225), sendo as diferenças estatisticamente significativas ($t(159) = 2.337$; $p = .021$).

Analisando os mesmos dois grupos relativamente à percepção da delinquência dos pares, verificamos que o primeiro grupo revelou, em média, a percepção de maior quantidade de pares delinquentes, em todas as subescalas (Fator 1: M= .78; DP= 1.982; Fator 2: M= 2.88; DP= 3.474; Fator 3: M= 2.22; DP= 2.201; Fator 4: M= .59; DP= 1.079), em comparação com o segundo grupo (Fator 1: M= .75; DP= 1.234; Fator 2: M= 2.26; DP= 2.430; Fator 3: M= 1.66; DP= 1.563; Fator 4: M= .59; DP= .748). Contudo, verificamos que as diferenças não são estatisticamente significativas, em todas as subescalas (Fator 1: $t(159) = .099$; $p = .921$; Fator 2: $t(69.377) = 1.131$; $p = .262$; Fator 3: $t(70.037) = 1.623$; $p = .109$; Fator 4: $t(68.991) = 1.648$; $p = .104$), sendo apenas parcialmente confirmada a hipótese 4.

Pretendemos ainda analisar se a ausência de um progenitor, mais concretamente, a figura paterna, estaria relacionada com níveis maiores de delinquência e afiliação a pares

delinquentes. Para isso, analisamos as diferenças de médias entre dois grupos, primeiro relativamente ao número de comportamentos delinquentes autorrevelados, sendo o primeiro grupo constituído pelos adolescentes integrados em famílias monoparentais, com ausência da figura paterna (N=46), e o segundo grupo constituído pelos adolescentes integrados em famílias com os dois progenitores (N=112). O grupo 1 revelou, em média, maior número de comportamentos delinquentes autorrevelados (M= 3.26; DP= 2.577), em comparação com o grupo 2 (M= 2.43; DP= 2.225), sendo as diferenças estatisticamente significativas ($t(156)= 2.038$; $p= .043$).

No que diz respeito à afiliação a pares delinquentes, analisamos as diferenças de médias entre os mesmos dois grupos, isto relativamente à perceção dos pares delinquentes nas 4 subescalas (4 Fatores). O grupo 1 revelou, em média, maior perceção dos seus pares como delinquentes nas subescalas “Consumo de substâncias”, “Desobediência”, e “Agressão violenta”, fatores 2, 3 e 4, respetivamente (Fator 1: M= .57; DP= 1.148; Fator 2: M= 2.76; DP= 3.288; Fator 3: M= 2.11; DP= 2.025; Fator 4: M= .54; DP= 1.048), em comparação com o grupo 2 que apenas apresentou, em média, maior perceção dos seus pares como delinquentes na subescala “Roubo”, Fator 1 (Fator 1: M= .75; DP= 1.234; Fator 2: M= 2.26; DP= 2.430; Fator 3: M= 1.66; DP= 1.563; Fator 4: M= .31; DP= .748). Verificamos contudo que as diferenças não são estatisticamente significativas, em todas as subescalas (Fator 1: $t(156)= -.872$; $P= .384$; Fator 2: $t(156)= 1.059$; $p= .291$; Fator 3: $t(156)= 1.497$; $p= .136$; Fator 4: $t(64.644)= 1.360$; $p=.179$). Assim sendo, a hipótese 4.1 é confirmada apenas parcialmente.

Pretendemos ainda analisar se a relação negativa do adolescente com a mãe estaria relacionada com uma maior afiliação a pares delinquentes. Para isso, recorreremos à análise de diferenças de médias entre dois grupos, relativamente à perceção dos pares delinquentes, nas 4 subescalas (Fatores), sendo o grupo 1 constituído pelos adolescentes que percecionam a relação com a mãe como positiva (N=148), e o grupo 2 constituído pelos adolescentes que percecionam a relação com a mãe como negativa (N= 13). O grupo 2 revelou, em média, maior perceção dos pares delinquentes em todas as subescalas (Fator 1: M= 1.31; DP= 1.548; Fator 2: M= 3.92; DP= 3.068; Fator 3: M= 3.69; DP= 2.213; Fator 4: M= 1.38; DP= 1.502), em comparação com o grupo 1 (Fator 1: M= .71; DP= 1.486; Fator 2: M= 2.32; DP= 2.741; Fator 3: M= 1.67; DP= 1.663; Fator 4: M= .31; DP= .736). Verificamos que as diferenças são estatisticamente significativas para todas as subescalas, com exceção para a subescala “Furto” – Fator 1 (Fator 1: $t(159)= -1.387$; $p= .167$; Fator 2:

$t(159) = -2.006$; $p = .047$; Fator 3: $t(159) = -4.088$; $p = .000$; Fator 4: $t(12.511) = -2.551$; $p = .025$), sendo confirmada a hipótese 4.2.

Finalmente, no que diz respeito à quinta e última hipótese de investigação, pretendemos analisar se existem relações significativas entre o número de reprovações e a delinquência autorrevelada, e entre o número de reprovações e a percepção dos pares delinquentes. Para isso, recorreremos mais uma vez ao teste estatístico *t* de *student*. Relativamente ao primeiro conjunto de variáveis, analisamos as diferenças de médias entre o grupo 1, constituído pelos adolescentes que cometeram 3 ou mais atos delinquentes, ($N=77$) e o grupo 2, constituído pelos adolescentes que cometeram menos de 3 atos delinquentes ($N=83$) (variável nº de comportamentos delinquentes autorrevelados com ponto de corte estimado = 3), relativamente ao número de reprovações. O grupo 1 apresentou, em média, maior número de reprovações ($M = .51$; $DP = .805$), em comparação com o grupo 2 ($M = .20$; $DP = .536$), verificando-se diferenças estatisticamente significativas ($t(130.789) = 2.769$; $p = .006$).

Quanto ao segundo grupo de variáveis em análise nesta hipótese, a diferença de médias foi analisada entre o grupo 1 constituído pelos participantes que referiram uma ou mais reprovações ($N=39$) e o grupo 2 constituído pelos participantes que nunca reprovaram ($N=121$), isto relativamente à percepção dos pares delinquentes em todas as subescalas (4 fatores). A escolha de uma reprovação como ponto de corte deve-se ao facto da média de reprovações da totalidade da amostra ser de .35. O grupo 1 revelou, em média, maior percepção dos pares delinquentes, em todas as subescalas (Fator 1: $M = .79$; $DP = 1.454$; Fator 2: $M = 2.87$; $DP = 2.716$; Fator 3: $M = 2.05$; $DP = 1.605$; Fator 4: $M = .46$; $DP = .884$), em comparação com o grupo 2 (Fator 1: $M = .75$; $DP = 1.518$; Fator 2: $M = 2.33$; $DP = 2.818$; Fator 3: $M = 1.78$; $DP = 1.851$; Fator 4: $M = .38$; $DP = .868$). Contudo, verificamos que as diferenças não são estatisticamente significativas, em todas as subescalas (Fator 1: $t(158) = .155$; $p = .877$; Fator 2: $t(158) = 1.052$; $p = .294$; Fator 3: $t(158) = .830$; $p = .408$; Fator 4: $t(158) = .507$; $p = .613$). Assumimos outros pontos de corte para a variável número de reprovações (2 e 3), contudo as diferenças encontradas nunca foram estatisticamente significativas.

Assim sendo, a quinta hipótese apenas é confirmada parcialmente, no que diz respeito à existência de uma relação significativa entre as variáveis, número de reprovações e número de comportamentos delinquentes autorrevelados.

4. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos vão de encontro à grande constatação da literatura, em torno da delinquência juvenil e grupo de pares, de que a exposição a pares delinquentes está fortemente relacionada com a adoção de comportamentos delinquentes (e.g., Seydlitz & Jenkins, 1998). Neste estudo, esta relação é investigada através da delinquência autorrevelada do adolescente e da sua perceção da delinquência dos seus pares, em quatro subescalas, obtidas após realização da AFE da escala *PDS*.

É possível concluir que quanto maior o número de atos delinquentes autorrevelados pelo adolescente, maior a quantidade de pares percecionados como delinquentes, isto é, o jovem que refere comportamentos antissociais estará exposto ou associado a um grupo de pares percecionados como delinquentes. Os resultados estão de acordo com vários estudos da literatura, nomeadamente os de Haynie (2002) que constatou que os adolescentes que identificam os seus amigos como delinquentes, tendem a demonstrar elevados níveis de delinquência, isto relativamente a adolescentes com poucos ou nenhum amigo delinquente. Brendgen, Vitaro e Bukowski (2000a) apresentam resultados semelhantes, verificando que os adolescentes com amigos desviantes revelam mais comportamentos delinquentes, em comparação com os adolescentes com amigos convencionais.

A literatura revela ainda que a natureza do comportamento delinquente está relacionada com a maior ou menor influência do grupo de pares, sendo que a associação a pares desviantes revela-se um forte preditor do comportamento delinquente violento, do consumo de substâncias e do início precoce da atividade sexual de risco (e.g., Dishion et al., 2008). Neste estudo, encontramos relações significativas entre a perceção dos pares delinquentes, na subescala “Consumo de substâncias”, e o consumo de álcool e drogas leves. Numerosos estudos referem a associação com pares desviantes como um fator de risco fortemente preditivo do consumo de substâncias (Barnes, Mitic, & Leadbeater, 2009; Brook, Whiteman, Gordon, & Cohen, 1986; Chassin et al., 2004; Dishion, Patterson, & Reid, 1988; Dishion & Owen, 2002; Hawkins, Katalano, & Miller, 1992). Maggs e Hurrelmann (1998) referem que o consumo de substâncias legais, nomeadamente, tabaco e álcool, está associado ao aumento da frequência do envolvimento com os pares, com a perceção de proximidade com o grupo de pares e ainda com o sentimento do adolescente de que ocupa um papel central no grupo.

As análises realizadas permitiram-nos verificar que o comportamento delincente dos adolescentes e o comportamento delincente dos seus pares revelam relativa similaridade. Monahan e colaboradores (2009) referem que a similaridade com os pares constitui um dos preditores mais fortes da afiliação com os pares na adolescência, relativamente à tolerância e envolvimento em comportamentos antissociais.

A população representante da fase mais tardia da adolescência (11º ano) percecionou, em média, maior quantidade de pares delinquentes, significativamente nas subescalas “Consumo de substâncias” e “Desobediência”, contrariamente ao que esperávamos. Na literatura é referido que a influência dos pares delinquentes aumenta na fase inicial da adolescência, atingindo o seu pico por volta dos 14 anos (Monahan et al., 2009), e decresce na fase mais tardia (e.g., Huynh-Hohnbaum, 2003), pelo que esperávamos a perceção de maior quantidade de pares delinquentes nos adolescentes mais novos (7º ano). Neste estudo a idade é considerada como equivalente ao ano escolar, na realização das análises estatísticas, uma vez que estas variáveis são referidas na literatura como altamente correlacionadas (Veed, 2009).

A idade, há muito que é incluída na hipótese de que desempenha um importante papel na influência do grupo de pares no indivíduo (Rubin et al., 2006). Como é referido por Veed (2009), os auto-relatos do adolescente acerca da importância e influência do grupo de pares, aumentam no início da adolescência (6º até 8º ano), atingem o seu pico na fase intermédia (9º e 10º ano), decrescendo na fase mais tardia, com entrada na idade adulta (11º ano e acima). De acordo com Steinberg e Monahan (2007), apesar da influência dos pares delinquentes aparecer como sendo maior na fase inicial da adolescência, a suscetibilidade individual à influência dos pares, quando medida de forma mais global, aparece como estável, ou até mesmo decrescente, nesta fase desenvolvimental. Já entre a fase intermédia da adolescência e o início da idade adulta, como constatado pelos autores, esta suscetibilidade decresce claramente.

Os resultados obtidos neste estudo podem derivar do tamanho reduzido da amostra, considerando-se que uma futura investigação deverá introduzir a análise pertinente da fase intermédia da adolescência, que de acordo com a literatura representa o pico em termos de influência dos pares delinquentes, e ainda dos comportamentos sexuais de risco.

Relativamente ao género, Borduin e Schaeffer (1998) apontam largas diferenças entre rapazes e raparigas, defendendo que o sexo masculino apresenta índices consideravelmente mais elevados no que diz respeito ao comportamento antissocial, do que o sexo feminino. Relativamente à influência dos pares, Johnson (2004) descobriu também

diferenças entre rapazes e raparigas, verificando que as raparigas referem mais intimidade, proximidade e abertura nos seus relacionamentos com os pares, do que os rapazes, o que poderá conduzir a uma maior influência dos pares delinquentes no comportamento das raparigas. Neste estudo não encontramos diferenças significativas relativamente ao género, na perceção dos pares delinquentes. No que diz respeito à delinquência autorrevelada, encontramos diferenças significativas em termos de idade e género, uma vez que o número de comportamentos autorrevelados revelou-se superior em adolescentes do sexo masculino e em adolescentes mais velhos (11º ano).

Relativamente ao contexto familiar, a monotorização e supervisão parentais deficitárias, bem como a monoparentalidade com ausência da figura paterna e a relação afetiva negativa com a mãe, são referidos na literatura como fatores de risco para o envolvimento em comportamentos antissociais e associação com pares delinquentes.

Wells e Rankin (1991) apontam para a associação consistente entre a composição familiar e a delinquência. Numa revisão de conjunto da literatura sobre o tema família e delinquência (1991), os autores mostram que a relação entre família dissociada é fraca ou nula para os delitos graves (roubos e comportamentos violentos), um pouco mais forte para o consumo de drogas (sobretudo leves) e significativa principalmente para os comportamentos problemáticos (fugas, absentismo escolar, problemas de disciplina na sala de aula). Muitos estudos referem a separação parental e a monoparentalidade no agregado familiar como preditores de problemas de conduta nos jovens (Farrington, 2004; Mucchielli, 2002; Quensel et al., 2002; Thornberry, Smith, Rivera, Huizinga, & Stouthamer-Loeber, 1999).

Demuth e Brown (2004), em acordo com Wells e Rankin (1991), referem que os adolescentes integrados em famílias monoparentais são significativamente mais delinquentes do que os adolescentes integrados em famílias com os dois progenitores, contudo estas diferenças podem ser reduzidas no âmbito de processos familiares como a supervisão, envolvimento e qualidade da relação.

A investigação suporta um modelo de mediação no qual se propõe que o suporte parental inadequado aumenta o risco de delinquência, uma vez que permite que a criança ou o adolescente se associe com pares delinquentes (Barnes, Hoffman, Welte, Farrell, & Dintcheff, 2006; Brendgen, Vitaro, & Bukowski, 2000b; Chung & Steinberg, 2006; Dishion et al., 1988; Ingram et al., 2007; Kiesner, Poulin, & Dishion, 2010).

Mason, Cauce, Gonzales e Hiraga (1994) estudaram o papel da mediação e moderação que a afiliação a pares desviantes poderá assumir relativamente aos fatores

relacionados com as práticas parentais e a estrutura familiar. O seu estudo foi realizado com uma amostra de 112 adolescentes afro-americanos, sendo verificado que o impacto da afiliação a pares desviantes era maior quando a figura paterna se encontrava ausente. Por oposição, este impacto era menor entre os adolescentes que reportavam uma relação mais positiva com a sua mãe. De acordo com Mott, Kowaleski-Jones e Mehaghan (1997), as crianças que vivem sem a presença do pai, apresentam maior tendência para a escolha de pares desviantes. A presença da figura paterna é encarada, por muitos autores, como fator de proteção relativamente ao envolvimento em atividades delinquentes e consumo de substâncias (Allen & Daly, 2007). Henry e colaboradores (2001) analisam também o modelo de mediação, no qual a família e as práticas parentais afetam diretamente o comportamento individual através dos seus efeitos na afiliação com pares desviantes.

Neste estudo, à semelhança dos referidos, concluímos que a relação negativa com a figura materna e a ausência do pai constituem fatores de risco para a afiliação a pares delinquentes, verificando-se que nestas condições os adolescentes percebem, em média, maior quantidade de pares delinquentes. Contudo, a análise das variáveis familiares, no que diz respeito à perceção de maior quantidade de pares delinquentes, apresenta resultados significativos apenas para a variável “relação negativa com a mãe”. Relativamente ao nível de delinquência, este estudo revela que os adolescentes que vivem sem a figura paterna apresentam, significativamente, maior envolvimento em atividades delinquentes, em comparação com adolescentes integrados em famílias com os dois progenitores.

No que diz respeito ao contexto escolar, como consta na literatura, é referido como contexto primário, para muitos adolescentes, para as suas experiências com os pares. O contexto escolar permite ao adolescente conhecer os seus pares, desenvolver com eles relações de amizade e constituir grupos (Rubin et al., 2006). A literatura revela que o ajustamento ao contexto escolar deriva de vários aspetos em torno do relacionamento entre o jovem e os seus pares, verificando-se que as normas do grupo de pares podem influenciar o desempenho académico (Rubin et al., 2006). Hymel, Comfort, Schonert-Reichl, e McDougall (2002, cit. in Rubin et al., 2006) verificaram que os adolescentes que abandonam a escola apresentam maior probabilidade, em relação a qualquer outro estudante, de se associarem com pares que não consideram a escola como útil e importante. Vários autores referem ainda a existência de correlações entre o desempenho escolar baixo e a delinquência (Maguin & Loeber, 1996; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & Van Kammen, 1998, cit. in Herrenkohl, Hawkins, Chung, Hill, & Battin-Pearson, 2001).

Assim sendo, analisamos finalmente, o número de reprovações do aluno com as variáveis “nível de delinquência” e “percepção da delinquência dos pares”, encontrando diferenças significativas apenas para a primeira variável. Em acordo com a literatura, confirmamos que os adolescentes que reportam maior número de comportamentos delinquentes são também aqueles que reprovam mais vezes.

Ainda relativamente ao estudo da delinquência do grupo de pares, são apontadas na literatura duas grandes limitações, que podem aplicar-se ao presente projeto de investigação. Primeiro, a informação relativa ao comportamento delincente dos pares é fornecida pelo adolescente e não pelos seus pares. Sendo possível verificar, quer na literatura criminológica quer na desenvolvimental, que a percepção do adolescente acerca do comportamento dos seus pares pode não corresponder precisamente ao comportamento atual dos pares (Haynie 1999). Esta constatação atribui particular credibilidade ao argumento dos autores Gottfredson e Hirschi (1990, cit. in Haynie, 1999) de que a determinação da delinquência dos pares trata-se simplesmente de outra medida da delinquência autorrevelada.

A segunda limitação centra-se no facto dos adolescentes serem questionados, maioritariamente, no que diz respeito à quantidade dos seus amigos envolvidos em atividades delinquentes, não sendo considerados aspetos relativos à estrutura social e às características das redes de pares (Haynie, 1999). Esta abordagem assume o número de relacionamentos com pares desviantes enquanto aspeto mais importante no estudo da influência dos pares. Uma abordagem alternativa, considerada na literatura criminológica, para ultrapassar esta limitação, assenta no estudo da suscetibilidade do adolescente à influência dos pares, através da posição que ocupa no grupo (Haynie, 1999).

CONCLUSÃO

O grupo de pares assume, no período da adolescência, um lugar privilegiado no processo de socialização, de construção de uma identidade e de validação das competências sociais (Chitas, 2010), exercendo influências positivas ou negativas no adolescente. A associação com pares delinquentes é referida na literatura como o melhor preditor da delinquência juvenil (e.g., Seydlitz & Jenkins, 1998), sendo explicada por duas grandes perspectivas teóricas, socialização e seleção, referidas como compatíveis e ambas suportadas pelos resultados de investigação (Haynie & Osgood, 2005).

Neste estudo, em acordo com inúmeras investigações da literatura, foi possível concluir que existem relações significativas entre a delinquência do adolescente e a sua percepção da delinquência dos seus pares, sendo que estas variáveis podem ainda relacionar-se com a natureza do comportamento antissocial, com aspetos individuais, tais como a idade, sexo, e número de reprovações do adolescente, e com aspetos familiares, tais como, a estrutura ou composição da família e as relações afetivas.

A avaliação do impacto da associação a pares delinquentes, tendo em conta a sua interação com variáveis familiares e individuais, representa um dos vetores primordiais das investigações no âmbito dos fatores de risco e de proteção relativamente aos comportamentos de risco na adolescência (Chitas, 2010).

Muitos investigadores consideram a correlação entre comportamentos autorrevelados e auto-avaliações do comportamento dos pares, como um indicador válido da influência dos pares. Contudo, esta abordagem ignora a possível inclinação dos adolescentes na escolha de amigos semelhantes (Brown, 2004).

Embora esteja bem documentado que os pares desempenham um importante papel no comportamento antissocial, durante a adolescência, a forma como a influência dos pares, no comportamento delinvente, muda ao longo da adolescência e na transição para a idade adulta, é pouco compreendida (Monahan et al., 2009), sendo necessária mais investigação nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ackerman, J. M. (2003). *Delinquents and their friends: the role of peer effects and self-selection* (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Agra, C., Marques-Teixeira, J., Fonseca, E., & Quintas, J. (1999). *Questionário Internacional de Delinquência Auto-Revelada. Versão Portuguesa.*

Allen, S. & Daly, K. (2007). *The effects of father involvement: an updated research summary of the evidence.* Centre for Families, Work & Well-Being, University of Guelph. Retirado de www.fira.ca.

APA (2002). *DSM-IV-TR, Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, 4ª ed., Texto Revisto, Lisboa, Climepsi Editores, 2002.*

Arimoto, M. V. (2010). *Peer influence and adolescent substance use: a social networks analysis* (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Baerveldt, C., Volker, B., & Rossem, R. V. (2008). Revisiting selection and influence: an inquiry into the friendship networks of high school students and their association with delinquency. *Revue canadienne de criminology et de justice pénale*, 50(5), 559-587.

Barnes, G. M., Hoffman, J. H., Welte, J. W., Farrell, M., P., & Dintcheff, B. A. (2006). Effects of parental monitoring and peer deviance on substance use and delinquency. *Journal of Marriage and Family*, 68(4), 1084-1104.

Barnes, G. E., Mitic, W., & Leadbeater, B. (2009). Risk and protective factors for adolescent substance use and mental health symptoms. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 28(1), 1-15.

Beaver, K. M., Wright, J. P., & DeLisi, M. (2008). Delinquent peer group formation: evidence of a gene x environment correlation. *The Journal of Genetic Psychology*, 169(3), 227-244.

Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4(20), 637-645.

Borduin, C. M., & Schaeffer, C. M. (1998). Violent offending in adolescence: Epidemiology, correlates, outcomes, and treatment. In Gullotta, T. P., Adams, G. R., & Montemayor, R. (eds.), *Delinquent violent youth: Theory and interventions* (pp. 144-174). London: Sage Publications.

Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Climepsi Editores.

Brendgen, M., Vitaro, F., & Bukowski, W. M. (2000a). Deviant friends and early adolescents' emotional and behavioral adjustment. *Journal of Research on Adolescence*, 10(2), 173-189.

Brendgen, M., Vitaro, F., & Bukowski, W. M. (2000b). Stability and variability of adolescents' affiliation with delinquent friends: Predictors and consequences. *Social Development*, 9(2), 205-225.

Brendtro, L. K., Mitchell, M. L., & McCall, H. (2007). Positive peer cultures: antidote to "peer deviance training". *Reclaiming Children and Youth*, 15(4), 200-206.

Brook, J. S., Whiteman, M., Gordon, M. A. S., & Cohen, P. (1986). Dynamics of childhood and adolescent personality traits and adolescent drug use. *Developmental Psychology*, 22(3), 403-414.

Brown, B. (2004). Adolescents' relationships with peers. In Lerner, R. & Steinberg, L. (eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 363-394), 2^a Ed. New York: Wiley.

Bukowki, W. M., Brendgen, M., & Vitaro, F. (2007). Peers and socialization: effects on externalizing and internalizing problems. In Grusec, J. E., & Hastings, P. D. (eds.), *Handbook of socialization: theory and research* (pp. 355-381). The Guilford Press.

Button, M. M., Corley, R. P., Rhee, S.H., Hewitt, J. K., Young, S. E., & Stallings, M.C. (2007). Delinquent peer affiliation and conduct problems: a twin study. *Journal of Abnormal Psychology*, 116(3), 554-564.

Cattarello, A. M. (2000). Community-level influences on individuals' social bonds, peer associations, and delinquency: a multilevel analysis. *Justice Quarterly*, 17(1), 33-60.

Costa, R. V. S. (2010). O que os jornais dizem sobre eles: análise da imprensa sobre delinquência juvenil e delinquência em grupo (Master's thesis). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Chapple, C. L. (2005). Self-control, peer relations and delinquency. *Justice Quarterly*, 22(1), 89-106.

Chassin, L., Hussong, A., Barrera, M., Molina, B. S. G., Trim, R., & Ritter, J. (2004). Adolescent substance use. In Lerner, R. & Steinberg, L. (eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 665-696), 2^a Ed. New York: Wiley.

Chitas, V. C. (2010). Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: factores de risco e factores de protecção (Master's thesis). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Chung, H. L. & Steinberg, L. (2006). Relations between neighborhood factors, parenting behaviors, peer deviance, and delinquency among serious juvenile offenders. *Developmental Psychology*, 42(2), 319-331.

Demuth, S. & Brown, S. L. (2004). Family structure, family process, and adolescent delinquency: The significance of parental absence versus parental gender. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 41 (1), 58-81.

Dishion, T. J., Patterson, G. R., & Reid, J. B. (1988). Parent and peer factors associated with drug sampling in early adolescence: Implications for treatment. In Rahdert, E. R. & Grabowski, J. (eds.), *Adolescent drug abuse: Analyses of treatment research* (NIDA Research Monograph 77, pp. 69-93). Washington, DC: U.S. Government Printing Office.

Dishion, T. J., McCord, J., & Poulin, F. (1999). When interventions harm: peer groups and problem behavior. *American Psychologist Association*, 54(9), 755-764.

Dishion, T. J., & Owen, L. D. (2002). A longitudinal analysis of friendships and substance use: Bidirectional influence from adolescence to adulthood. *Developmental Psychology*, 28(4), 480-491.

Dishion, T. J., Dodge, K. A., & Lansford, J. E. (2008). Deviant by design: risks associated with aggregating deviant peers into group prevention and treatment programs. *The prevention Researcher*, 15(1), 8-11.

Elliott, D. S. & Menard, S. (1996). Delinquent friends and delinquent behavior: temporal and developmental patterns. In Hawkins, J. David, *Delinquency and crime: current theories* (pp. 28-67). New York: Cambridge University Press.

Engels, C. M. E. R. & Bogt, T. (2001). Influences of risk behaviors on the quality of peer relations in adolescence. *Journal of Youth Adolescence*, 30(6), 675-695.

Espelage, D. L., Holt, M. K., & Henkel, R. R. (2003). Examination of peer-group contextual effects on aggression during early adolescence. *Child Development*, 74(1), 205-220.

Faria, M. B. F. (2008). O auto-conceito e a resolução de problemas na delinquência juvenil (Master's thesis). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Farrington, D. P. (1987). Epidemiology. In Quay, Herbert C. (ed.), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 33-61). New York: John Wiley & Sons.

Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In Lerner, R. & Steinberg, L. (eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp.627-664), 2ª Ed. New York: Wiley.

Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, 32(143), 913-924.

Flannery, D., Huff, C., & Manos, M. (1998). Youth Gangs: A Developmental Perspective. In Gullotta, T., Adams, G., & Montemayor, R. (eds.), *Delinquent Violent Youth: Theory and Interventions* (pp. 175-199). London: Sage Publications.

Gatti, U., Tremblay, R. E., Vitaro, F., & McDuff, P. (2005). Youth gangs, delinquency and drug use: a test of the selection, facilitation, and enhancement hypotheses. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(11), 1178-1190.

Germann, J. N. (2000). Differing peer influences: examining the impact of attachment and social support of adolescent males. (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Gordon, R. A., Lahey, B. B., Kawai, E., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & Farrington, D.P. (2004). Antisocial behavior and youth gang membership: selection and socialization. *Criminology*, 42(1), 55-87.

Hawkins, J. D., Catalano, R. F., & Miller, J. Y. (1992). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: Implications for substance abuse prevention. *Psychological Bulletin* 112(1), 64-105.

Haynie, D. L. (1999). The peer group revisited: a network approach for understanding adolescent delinquency (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Haynie, D. L. (2001). Delinquent peers revisited: does network structure matter? *American Journal of Sociology*, 106(4), 1013-1057.

Haynie, D. L. (2002). Friendship networks and delinquency: the relative nature of peer delinquency. *Journal of Quantitative Criminology*, 18(2), 99-134.

Haynie, D. L. & Osgood, D.W. (2005). Reconsidering peers and delinquency: how do peers matter? *Social Forces*, 84(2), 1110-1130.

Haynie, D. L. & Payne, D. C. (2006). Race, Friendship networks, and violent delinquency. *Criminology*, 44(4), 775-805.

Henggeler, S. W. (1989). *Delinquency in adolescence*. London: Sage Publications.

Henry, D. B. (2000). Peer groups, families, and school failure among urban children: elements of risk and successful interventions. *Preventing School Failure*, 44(3), 97-104.

Henry, D. B., Tolan, P. H., & Gordan-Smith, D. (2001). Longitudinal family and peer group effects on violence and nonviolent delinquency. *Journal of Clinical Child Psychology*, 30(1), 172-186.

Herrenkohl, T. I., Hawkins, J. D., Chung, I., Hill, K. G., & Battin-Pearson, S. (2001). School and community risk factors and interventions. In Loeber, R. & Farrington, D. P. (eds.), *Child delinquents: development, intervention, and service needs* (pp. 211-246). London: Sage Publications.

Houck, M. N. (1996). Understanding delinquency: a theory of adolescent attachments (Master's thesis). Retirada da base de dados ProQuest.

Huynh-Hohnbaum, A.T. (2003). Understanding delinquent peer influence: using a social network approach (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Ingram, J. R., Patchin, J. W., Huebner, B. M., McCluskey, J. D., & Bynum, T. S. (2007). Parents, friends, and serious delinquency: an examination of direct and indirect effects among at-risk early adolescents. *Criminal Justice Review*, 32(4), 380-400.

Jang, S. J. (1999). Age-varying effects of family, school, and peers on delinquency: a multilevel modeling test of interactional theory. *Criminology*, 37(3), 643-686.

Johnson, H. D. (2004). Gender, grade and relationship differences in emotional closeness within adolescent friendships. *Adolescence*, 39(154), 243-255.

Kaufmann, D. R., Wyman, P. A., Forbes-Jones, E. L. & Barry, J. (2007). Prosocial involvement and antisocial peer affiliations as predictors of behavior problems in urban adolescents: main effects and moderating effects. *Journal of Community Psychology*, 35(4), 417-434.

Kiesner, J., Cadinu, M., Poulin, F., & Bucci, M. (2002). Group identification in early adolescence: its relation with peer adjustment and its moderator effect on peer influence. *Child Development*, 73(1), 196-208.

Kiesner, J., Poulin, F., & Dishion, T. J. (2010). Adolescent substance use with friends: moderating and mediating effects of parental monitoring and peer activity contexts. *Merrill-Palmer Quarterly*, 56(4), 529-556.

Kimonis, R.E., Frick, P.L., & Barry, C.T. (2004). Callous-unemotional traits and delinquent peer affiliation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72(6), 956-966.

Knecht, A., Snijders, T. A. B., Baerveldt, C., Steglich, C. E. G., & Raub, W. (2010). Friendship and delinquency: selection and influence processes in early adolescence. *Social Development*, 19(3), 494-514.

Kratcoski, P. C. & Kratcoski, L. D. (1990). *Juvenile delinquency*. New Jersey: Prentice Hall.

Kreager, D A. (2004). Strangers in the halls: isolation and delinquency in school networks. *Social Forces*, 83(1), 351-390.

Laursen, E. K. (2010). The evidence base for positive peer culture. *Reclaiming children and youth*, 19(2), 37-42.

Leve, L. D. & Chamberlain, P. (2005). Association with delinquents peers: intervention effects for youth in the juvenile justice system. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33(3), 339-347.

Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & Van Kammen, W. B. (1998). Peer Delinquency scale (PDS). Documento enviado pelo autor.

Lonardo, R. A., Giordano, P. C., Longmore, M. A., & Manning, W. D. (2009). Parents, friends, and romantic partners: enmeshment in deviant networks and adolescent delinquency involvement. *Journal of Youth Adolescence*, 38(3), 367-383.

Longhurst, J. & McCord, J. (2007). From peer deviance to peer helping. *Reclaiming children and youth*, 15(4), 194-199.

Maggs, J. L. & Hurrelmann, K. (1998). Do substance use and delinquency have differential associations with adolescents' peer relations? *International Journal of Behavioral Development*, 22(2), 367-388.

Maroco, J. (2010). *Análise estatística com utilização do SPSS*, 3ª ed., Lisboa: Edições Sílabo.

Maschi, T. & Bradley, C. (2008). Exploring the moderating influence of delinquent peers on the link between trauma, anger, and violence among male youth: implications for social work practice. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 25(2), 125-138.

Mason, C. A., Cauce, A. M., Gonzales, N., & Hiraga, Y. (1994). Adolescent problem behavior: the effect of peers and the moderating role of father absence and the mother-child relationship. *American Journal of Community Psychology*, 22(6), 723-737.

Matsueda, R. L. & Anderson, K. (1998). The dynamics of delinquent peers and delinquent behavior. *Criminology*, 36(2), 269-308.

McGloin, J. M. (2009). Delinquency balance: revisiting peer influence. *Criminology*, 47(2), 439-477.

Mihaly, K. (2008). *Essays on Peer effects*. (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Moeller, T. (2001). *Youth aggression and violence: a psychological approach*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Monahan, K. C., Cauffman, E., & Steinberg, L. (2009). Affiliation with antisocial peers, susceptibility to peer influence, and antisocial behavior during the transition to adulthood. *Developmental Psychology*, 45(6), 150-1530.

Mott, F. L., Kowaleski-Jones, L., & Mehaghan, E. G. (1997). Paternal absence and child behaviors: Does gender make a difference? *Journal of Marriage and Family*, 59(1), 103-118.

Mucchielli, L. (2002). Monoparentalidade, divórcio e delinquência juvenil: uma relação empiricamente controversa. In Fonseca, A. C. (ed.), *Comportamento anti-social e família uma abordagem científica* (pp. 213-243). Almedina.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis*. Coleção Comportamentos. Lisboa: Editorial Notícias.

Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis - trajetórias, intervenção e prevenção*. Porto: Legis Editora.

Paetsch, J. J. & Bertrand, L. D. (1997). The relationship between peer, social, and school factors, and delinquency among youth. *Journal of School Health*, 67(1), 27-32.

Pardini, D.A., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2005). Developmental shifts in parent and peer influences on boys' beliefs about delinquent behavior. *Journal of Research on Adolescence*, 15(3), 299-323.

Payne, D. C. & Cornwell, B. (2007). Reconsidering Peer Influences on Delinquency: Do less proximate contacts matter? *Journal of Quantitative Criminology*, 23(2), 127-149.

Pereira, A. (2008). *SPSS Guia prático de utilização análise de dados para ciências sociais e psicologia*, 7ª ed., Lisboa: Edições Sílabo.

Poole, E. D. & Regoli, R. M. (1979). Research note. Parental support, delinquent friends, and delinquency: a test of interaction effects. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 70(2), 188-193.

Quensel, S., McArdle, P., Brinkley, A., Wieggersma, A., Blom, M. W., Fitzgerald, M., et al. (2002). Broken home or drug using peers: significant relations? *Journal of Drug Issues*, 32(2), 467-490.

Quigley, R. (2004). Positive Peer Groups: “Helping Others” Meets primary developmental needs. *Reclaiming Children and Youth*, 13(3), 134-137.

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna (2010). Retirado de www.apav.pt.

Ribeiro, E. S. A. (2009). Utilização do questionário “How I Think” na aferição de Distorções Cognitivas na Delinquência Juvenil (Master’s thesis). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Rubin, K. H., Bukowski, W. M., & Parker, J. P. (2006). Peer interactions, relationships, and groups. In Eisenberg, N. (ed.), *Handbook of Child Psychology*, vol. 3 (pp. 571-645). United States of America: John Wiley & Sons, Inc.

Sampaio, M. B. G. (2010). O outro lado da vida. Delinquência juvenil e justiça (Master’s thesis). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Schreck, C. J., Fisher, B. S., & Miller, J. M. (2004). The social context of violent victimization: a study of the delinquent peer effect. *Justice Quarterly*, 21(1), 23-47.

Seydlitz, R. & Jenkis. (1998). The influence of families, friends, schools, and community on delinquent behavior. In Gullotta, T. P., Adams, G. R., & Montemayor, R. (eds.), *Delinquent violent youth: theory and interventions* (pp. 53-97). London: Sage Publications.

Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Fogueat, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors Using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, 12(4), 389-408.

Snyder, J., Schrepferman, L., McEachern, A., Barner, S., Johnson, K., & Provines, J. (2008). Peer deviancy training and peer coercion: dual processes associated with early-onset conduct problems. *Child Development*, 79(2), 252-268.

Steinberg, L., & Monahan, K. C. (2007). Age differences in resistance to peer influence. *Developmental Psychology*, 43(6), 1531-1543.

Thames, D., Vaisman-Tzachor, R. (2009). The influence of physical activities and team membership on delinquent behavior during high school. *Annals of the American Psychotherapy Association*, 12(2), 11-15.

Thornberry, T. P., Lizotte, A. J., Krohn, M. D., Farnworth, M., & Jang, S. J. (1991). Testing interactional theory: an examination of reciprocal causal relationships among family, school, and delinquency. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 82(1), 3-35.

Thornberry, T. P. (1996). Empirical support for interactional theory: a review of the literature. In Hawkins, J. D. (ed.), *Delinquency and crime: current theories* (pp. 198-235). Cambridge University Press.

Thornberry, T. P. (1998). Membership in Youth Gangs and Involvement in Serious and Violent Offending. In Loeber, R. & Farrington, D. P. (eds.), *Serious & violent juvenile offenders: risk factors and successful interventions* (pp. 147-166). London: Sage Publications.

Thornberry, T. P., Smith, C. A., Rivera, C., Huizinga, D., & Stouthamer-Loeber, M. (1999). Family disruption and delinquency. *Juvenile Justice Bulletin. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention: Washington.*

Vásquez, B. E. (2009). Modeling peer influence and peer selection as processes (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Veed, G. J. (2009). The role of the peer group in adolescence: effects on internalizing and externalizing symptoms. (Doctoral dissertation). Retirada da base de dados ProQuest.

Vitaro, F., Brendgen, M. & Tremblay, R. (2000). Influence of deviant friends on delinquency: searching for moderator variables. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 28(4), 313-325.

Warr, M. (2005). Making delinquent friends: adult supervision and children's affiliations. *Criminology*, 43(1), 77-104.

Weeman, F. M. & Smeenk, W. H. (2005). Peer similarity in delinquency for different types of friends: a comparison using two measurement methods. *Criminology*, 43(2), 499-524.

Wells, L. E. & Rankin, J. H. (1991). Families and delinquency: A meta-analysis of the impact of broken homes. *Social Problems*, 38(1), 71-93.

Welsh, B. C. & Farrington, D. P. (2007). Key challenges and prospects in peer-based delinquency prevention programs: comment on van Lier, Vitaro, and Eisner. *European Journal on Criminal Policy Research*, 13(3), 297-300.

Wills, T. A., Resko, J. A., Ainette, M.G., & Mendoza, D. (2004). Role of parent support and peer support in adolescent substance use: a test of mediated effects. *Psychology of Addicted Behaviors*, 18(2), 122-134.

ANEXOS

Anexo 1. Instrumento utilizado na recolha de dados.



Este questionário foi desenvolvido para uma investigação sobre vários aspectos da vida dos jovens, no âmbito da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Gostaríamos que respondesses às questões que se seguem que têm apenas fins investigativos e portanto são totalmente **confidenciais** e **anónimas**. O preenchimento do questionário demora apenas alguns minutos.

1. Qual é a tua idade? _____anos

2. Sexo: M F

3. Frequentas a escola (Nome):_____.

4. Qual é a tua escolaridade completa:_____.

5. Já reprovaste algum ano? Não Sim Quantas vezes?_____vezes

6. Actualmente o teu pai tem um emprego?
Não Porquê?_____.
Sim

7. Qual o emprego que o teu pai tem ou qual teve quando esteve empregado pela última vez?_____.

8. Actualmente a tua mãe tem um emprego?
Não Porquê?_____.
Sim

9. Qual o emprego que a tua mãe tem ou qual teve quando esteve empregada pela última vez? _____.

10. Geralmente, entendes-te bem com o teu pai?

Sempre A maior parte das vezes Por vezes Nunca

11. Geralmente, entendes-te bem com a tua mãe?

Sempre A maior parte das vezes Por vezes Nunca

12. Quantas pessoas vivem contigo na tua casa? _____ pessoas

13. Quem são as pessoas que vivem contigo na tua casa?

Pai Mãe Irmãos Irmãs

Outros: _____

Muitos jovens, por vezes, fazem coisas que não são totalmente permitidas. Nós gostaríamos de saber se tu também fizeste algumas dessas coisas. Recorda-te que todas as tuas respostas são **confidenciais** e que ninguém para além dos investigadores vai conhecê-las. Agora, apresentam-se um conjunto de actividades e tu podes dizer-me se alguma vez fizeste estas coisas, sim ou não?

1. Já alguma vez faltaste às aulas, pelo menos durante um dia inteiro, sem uma razão séria que o justificasse?

Não Sim

2. Já alguma vez fugiste de casa, para ficar noutra local, por uma ou mais noites, sem permissão dos teus pais ou teus responsáveis?

Não Sim

3. Já alguma vez andaste num autocarro, eléctrico ou metro sem pagar?

Não Sim

4. Já alguma vez andaste num comboio sem pagar?

Não Sim

5. Já alguma vez conduziste um carro, motociclo ou ciclomotor sem teres carta de condução ou seguro?

Não Sim

6. Alguma vez escreveste ou fizeste desenhos ou pinturas (grafitis) em paredes, autocarros, bancos de autocarros ou abrigos de paragens de autocarro, etc.?

Não Sim

7. Já alguma vez consumiste cerveja, vinho, whisky, rum, gin, vodka, ou outras bebidas alcoólicas?

Não Sim

8. Já alguma vez consumiste marijuana ou haxixe?

Não Sim

9. Já alguma vez ameaçaste alguém com uma arma ou ameaçaste que batias em alguém, para conseguir dinheiro ou outros valores?

Não Sim

10. Já alguma vez tiraste qualquer coisa de outros sem intenção de as devolver?

Não Sim

11. Já alguma vez destruístes coisas de propósito?

Não Sim

Agora vamos falar sobre o comportamento dos teus amigos nos últimos 6 meses. Gostaria de perguntar-te se os teus amigos mais chegados fizeram alguma das coisas que te apresento a seguir. Lembra-te que tudo o que responderes é **confidencial**, isso significa que não falarei sobre o que responderes a ninguém.

Se não tens nenhum amigo, faz um círculo aqui 6

Durante os **últimos 6 meses**, quantos dos teus amigos ...

	<u>Todos</u>	<u>A maioria</u>	<u>Metade</u>	<u>Poucos</u>	<u>Nenhum</u>	<u>Não sei</u>
1. Faltaram à escola sem nenhum motivo?	4	3	2	1	0	8
2. Mentiram, desobedeceram ou desafiaram os adultos como os pais, professores, ou outros?	4	3	2	1	0	8
3. Propositadamente provocaram danos ou destruíram propriedades que não lhes pertenciam?	4	3	2	1	0	8
4. Roubaram alguma coisa de valor inferior a 5 euros?	4	3	2	1	0	8
5. Roubaram alguma coisa de valor superior a 5 euros mas inferior a 100 euros?	4	3	2	1	0	8
6. Roubaram alguma coisa de valor superior a 100 euros?	4	3	2	1	0	8
7. Entraram ou tentaram entrar num edifício para roubar alguma coisa?	4	3	2	1	0	8
8. Utilizaram um veículo a motor, como um carro ou motociclo para dar um passeio sem a permissão do dono?	4	3	2	1	0	8
9. Bateram em alguém com o objectivo de magoar essa pessoa?	4	3	2	1	0	8
10. Atacaram alguém com uma arma ou com o objectivo de magoar seriamente essa pessoa?	4	3	2	1	0	8

11. Usaram uma arma, força ou métodos violentos para obter dinheiro ou coisas das pessoas?	4	3	2	1	0	8
12. Venderam drogas pesadas como heroína, cocaína ou LSD?	4	3	2	1	0	8
13. Consumiram álcool?	4	3	2	1	0	8
14. Consumiram marijuana ou haxixe?	4	3	2	1	0	8
15. Consumiram drogas pesadas como heroína, cocaína ou LSD?	4	3	2	1	0	8

Obrigada pela colaboração.

Anexo 2. Peer Delinquency Scale (PDS) – Middle and Oldest Cohort.

PL334/6/88/MSL/	P 1 of 1	PITTSBURGH YOUTH STUDY	ID	PHASE	TYPE								
IAPBER,WP			/	II-A	/								
PEER DELINQUENCY SCALE (MIDDLE AND OLDEST COHORT)*	version 3												
<p>Now let's talk about your friends' behavior during the past six months. I'd like to ask you how many of your close friends have done each thing I will read to you. Remember, everything you tell me is confidential. That means that I won't talk with anyone about what you tell me.</p> <p>Think of your friends. (ASK THESE QUESTIONS FOR ALL RESPONDENTS, UNLESS THEY REITERATE THAT THEY HAVE NO FRIENDS AND CAN'T ANSWER THE QUESTIONS.)</p> <p>NO FRIENDS = 6</p> <p>During the past six months how many of them have... (REPEAT STEM SEVERAL TIMES; CARD 334-1):</p>													
1	Skipped school without an excuse?	All of them	4	Most of them	3	Half of them	2	Few of them	1	None of them	0	Don't know	8
2	Lied, disobeyed, or talked back to adults such as parents, teachers, or others?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
3	Purposely damaged or destroyed property that did not belong to them?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
4	Stolen something worth less than \$5?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
5	Stolen something worth more than \$5 but less than \$100?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
6	Stolen something worth more than \$100?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
7	Gone into or tried to go into a building to steal something?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
8	Gone joyriding, that is, taken a motor vehicle such as a car or motorcycle for a ride or drive without the owner's permission?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
9	Hit someone with the idea of hurting that person?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
10	Attacked someone with a weapon or with the idea of seriously hurting that person?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
11	Used a weapon, force or strongarm methods to get money or things from people?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
12	Sold hard drugs such as heroin, cocaine, or LSD?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
13	Used alcohol?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
14	Used marijuana or hashish?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8
15	Used hard drugs such as heroin, cocaine, or LSD?	4	4	3	3	2	2	1	1	0	0	8	8

* Developed by the staff of the Denver High Risk Delinquency Survey

Anexo 3. Scree Plot para a análise fatorial exploratória da *PDS* (gráfico dos valores próprios para cada componente).

